

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

A HERANÇA SAMURAI E O LEGADO DO JUDOCA

Amanda Costa Drezza

SÃO PAULO
2018

A HERANÇA SAMURAI E O LEGADO DO JUDOCA

AMANDA COSTA DREZZA

Monografia apresentada ao Departamento de Esporte da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Esporte.

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. SORAIA CHUNG SAURA

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca
Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

Drezza, Amanda Costa

A herança samurai e o legado do judoca / Amanda Costa
Drezza. – São Paulo : [s.n.], 2018
100p.

Monografia (Bacharelado em Esporte) -Escola de Educação
Física e Esporte da Universidade de São Paulo.
Orientadora: Prof^a. Dra. Soraia Chung Saura

1. Judô 2. História do Japão I. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que puderam contribuir com a elaboração deste trabalho e, sobretudo, com a trajetória que motivou este trabalho. Aos meus senseis, professores e amigos que participaram de alguma forma deste processo.

“Será que existe um princípio que realmente se aplique a todos os casos? Sim, existe um, é o princípio da eficácia máxima na utilização do espírito e do corpo. Dei a este princípio, de uma generalidade absoluta, o nome de Judô”.

(Jigoro Kano)

SUMÁRIO

	Página
Resumo.....	i
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 HISTÓRIA DO JAPÃO.....	3
2.1 O início da história nipônica.....	3
2.2 Influência da cultura continental.....	4
2.3 Nara (710 - 784 d.C).....	5
2.4 Heian (794 - 1192).....	7
2.5 Surgimento dos Samurais.....	9
2.6 Kamakura (1192 - 1333).....	11
2.7 Muromachi (1334 - 1565).....	14
2.8 Azuchi e Momoyama (1573 - 1600).....	16
2.9 Edo Bakufu ou Tokugawa Bakufu (1603 - 1867).....	18
2.10 Restauração Meiji.....	26
2.11 Taisho a Showa.....	31
3 O UNIVERSO CULTURAL E SOCIAL DO JAPÃO.....	34
3.1 A religião japonesa.....	34
3.1.1 O xintoísmo.....	35
3.1.2 O budismo.....	35
3.1.3 O confucionismo.....	36
3.1.4 O <i>tao</i>	36
3.2 Conceito de Holismo e o corpo.....	37
3.3 <i>Giri</i>	37
3.4 Alto contexto cultural.....	38

3.5 Conceito de beleza japonesa, <i>wabi-sabi</i>	38
3.6 Ganbari	39
3.7 <i>Kenkyo</i> como modéstia e humildade	39
4 JIGORO KANO E O JUDÔ	40
4.1 O bujutsu (e o jujutsu)	40
4.2 Entrelaçamento da biografia de Jigoro Kano com a história do judô	41
4.3 O Judô feminino	50
4.4. Judô como esporte olímpico	52
5 COMO A FILOSOFIA DO SAMURAI (BUSHIDO) DIALOGA E CONFERE SIGNIFICADO À FILOSOFIA DO JUDOCA.....	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

RESUMO

A herança samurai e o legado do judoca

Autor: AMANDA COSTA DREZZA

Orientadora: PROF^a. DRA. SORAIA CHUNG SAURA

Nesta monografia, foram investigadas as relações entre duas figuras oriundas da cultura japonesa com o intuito de resgatar e evidenciar fatores, valores e princípios que possibilitam este diálogo. A abordagem sociocultural busca compreender as raízes da história e da cultura do Japão para que seja possível estabelecer ligações diretas entre os contextos de formação e transformação do samurai e do judoca. Também se ressalta o viés filosófico por trás das práticas das figuras em questão, enfatizando, sobretudo, a perspectiva ética que não somente sustenta um código moral e de conduta muitas vezes convergentes, mas também ressignifica suas interações. A revisão de literatura acerca das temáticas foi o método empregado na elaboração desta monografia. O direcionamento geral foi dado a partir de perspectivas e vivências da autora, e as considerações finais corroboram neste sentido. Por tratar-se de um processo de formação cultural e social, a compreensão da jornada ao longo da investigação, embora dinâmica, se mostra como consistente, evidenciando a relação entre o Judô, o Bushidô e o Budô, bem como seus protagonistas nestas esferas.

Palavras-chave: Judô. História do Japão. Samurai. Bushido.

1 INTRODUÇÃO

Para os que já escolheram e conhecem bem essa estrada, penso que será a oportunidade de um novo encontro com novos questionamentos, por um velho e conhecido CAMINHO SUAVE, muitas vezes duro, severo, exigente e, por isso mesmo, difícil. Se bem compreendido, é de uma simplicidade desconcertante como o próprio Zen. Surpreendentemente, é muito acolhedor e um amparo nos momentos difíceis. (Vera Lúcia Sugai, 2000a, p.31)

Para se compreender a raiz da origem do Judô, é necessário entender a história do Japão, uma vez que o Judô não foi fruto de uma criação de um único criador, mas de um processo histórico de civilização e descivilização (SANCHEZ-GARCIA, 2016).

Em 1853, quando a tripulação do americano Comodoro Perry chegou ao Japão, o período de seclusão implementado durante todo Período Edo (1600 a 1868) pela família Tokugawa seria encerrado por imposição norte-americana de abertura.

A introdução da civilização ocidental acarretou em diversas alterações político-sociais, caracterizando a Era Meiji e a busca pela modernização passou a desprezar a tradição, vista agora como obsoleta.

Nesse contexto, Jigoro Kano, o idealizador do Judô, resgata um dos valores tradicionais idealizados pelos samurais denominado *dô*, que significa caminho com base na escola Zen de budismo, e une um fator tradicional com possibilidades de modernidade. Por ser tradutor e intérprete de inglês, Kano tem a perspectiva de utilizar o Judô como instrumento entre a tradição e o moderno (FRANCHINI; DEL'VECCHIO, 2007).

Para criação do Judô, Jigoro Kano passou a estudar diferentes estilos de luta, não se limitando somente às artes marciais japonesas. Esse estudo buscava estabelecer e compreender o princípio responsável pela eficiência e eficácia dos golpes e das técnicas. Além disso, buscava o estabelecimento de normas, regras e condutas que proporcionassem o aprendizado mais racional e simples (FRANCHINI; DEL'VECCHIO, 2007).

A vitória no combate perdeu seu posto como principal objetivo a ser alcançado, o enfoque era a educação global do indivíduo (BRASIL, s.d.). Assim, o Judô foi sistematizado para ser um instrumento moderno de educação que atuaria, sobretudo, na construção do caráter, o que ajudou a relacionar o Judô e o Budô moderno com o esporte no mundo através do movimento olímpico (SANCHEZ-GARCIA, 2016). E também, serviu de base para a formação de nação do Japão (NAKAJIMA; THOMPSON, 2012).

O Judô Kodokan pregava a moral, disciplina e estética (CARR, 1993). *Ju* significa suave, flexível, enquanto *dô*, significa caminho, no sentido de se obter desenvolvimento moral e auto-aperfeiçoamento. A filosofia do Judô prega princípios de *máximo de eficiência com o mínimo de esforço e auxílio e prosperidade mútuos*, correspondendo, respectivamente aos termos *seiryoku-zenyo* e *jita-kyoei*. Tais princípios deveriam ser extensivos, ir além do ambiente de prática e treino denominado *dojô*, mas atingir indivíduo e nação (BROUSSE; MATSUMOTO 1999).

Os objetivos do presente trabalho dialogam com as motivações pessoais para fazê-lo: compreender e compartilhar as raízes que fundamentam a trajetória e o processo de formação do judoca, com base nos princípios oriundos dos antigos guerreiros medievais do Japão: os samurais.

A metodologia é baseada numa revisão de literatura, com conteúdo direcionado à história do Japão, referências culturais, história do Judô e a correlação entre as figuras do samurai e do judoca. Os objetivos do presente trabalho são compreender e compartilhar a aproximação da prática com a academia, um processo vivenciado por ser judoca e graduanda em Esporte pela Universidade de São Paulo.

O texto procura justificar escolhas, dentre elas, a própria graduação. Trazendo tons de esperança, projeto-me neste trabalho, num sentido de reflexo e de reflexão: propondo um processo de ressignificação de valores enraizados e vivificados em judocas, artistas marciais e/ou curiosos e estudantes da cultura e história japonesa.

2 HISTÓRIA DO JAPÃO

A história do Japão, durante muito tempo, foi representada pela mitologia. As narrativas reforçavam a crença de invencibilidade do país da cerejeira (OLIVEIRA, 2017). Conta-se que as fábulas e os mitos eram propagados com o intuito de criar determinada mentalidade desejada pela classe dominante. Contudo, com a queda do regime autoritário e do estado militar, houve a modificação radical em relação ao ensino da história nacional (YAMASHIRO, 1964).

A descrição dos períodos históricos tem como propósito não somente apresentar a história do arquipélago nipônico, mas, sobretudo, trazer e ressaltar temas e conteúdos que dialoguem com a formação do samurai e, posteriormente, com a formação do judoca, conferindo-lhes significado e entendimento mais amplos a partir de uma perspectiva histórica e cultural.

2.1 O início da história nipônica

A vida na antiguidade é marcada por ser a idade da pedra, em que os habitantes do arquipélago utilizavam pedras como instrumentos (YAMASHIRO, 1964). Os meios de vida consistiam na caça e na pesca, além da coleta de frutos. Outra característica marcante era a utilização de potes e vasos de barro para guardar e cozinhar alimentos. Esses potes recebem o nome de *jomon* pelo seu tipo e estilo. Então, a denominação *Jomon* também designou o nome deste período (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Segundo os autores, ao que se conhece desta fase da história, nota-se que não havia distinção social, prevalecendo um estilo de vida coletivo (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Com o tempo, este modo de vida sofreu transformações, uma vez que chineses e coreanos transmitiram o método de cultivar o arroz e a arte de fabricar instrumentos metálicos ao povo japonês. Ao iniciar-se a atividade agrícola, a lavoura, foi necessária a fixação dos habitantes em determinado território, dando início à formação de aldeias que tinham como principal característica a cooperação (TAKAHASHI; VERDAMAN, 2008). A cooperação não somente se

tornou necessária à lavoura do arroz como também tornou-se a precursora de diversos valores e dinâmicas socioculturais existentes até hoje no Japão. Dentre elas, podemos citar *shudan ishiki*, *giri* e *ganbari* (DAVIES; IKENO, 1949), termos que serão explicitados e aprofundados nos próximos capítulos.

Os vasos desse novo período que se estabelecia receberam o nome de *Yayoi*, correspondendo ao nome do período. E é neste momento que pode-se observar as primeiras diferenças sociais que se agravaram, gerando a classe aristocrática e, em outro extremo, os escravos (YAMASHIRO, 1964).

2.2 Influência da cultura continental

Os países do continente asiático que mais exerceram influência no Japão foram China e Coreia. Muitos chineses e coreanos migraram para o território nipônico. Segundo Yamashiro (1964), além desse movimento migratório, os países mantinham relações entre si, permitindo a transmissão das artes da criação do bicho de seda, costura, importação dos *kanji* (ideogramas ou caracteres utilizados no Japão, importados da China), divulgação e incorporação da doutrina de Confúcio (*junkyo*) e do budismo. Tais elementos contribuíram para o progresso cultural do país.

Segundo Takahashi e Vardaman (2008), o Japão desde 400 a.C. já sofria forte influência das mudanças que ocorriam no continente asiático, principalmente após o poderoso progresso cultural chinês. A introdução da agricultura do arroz e as técnicas de elaboração do bronze foram resultados da expansão da China.

A Coreia, por sua vez, é reconhecida por apresentar fluxo migratório ao Japão, proporcionando grandes avanços para o período de Yayoi (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). É essencial ressaltar como a agricultura determinou dinâmicas sociais que perduram até a atualidade no território nipônico. A necessidade de cooperação e interdependência entre os membros das comunidades favoreceu o surgimento de reinos e, posteriormente, grupos de reinos (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Além disso, criou raízes para um conceito japonês denominado *shudan ishiki* (DAVIES; IKENO, 1949).

2.3 Nara (710 - 784 d.C)

Com densas transformações, houve a unificação do Japão numa nação primitiva, dando origem à corte de Yamato, marcando o berço da dinastia nipônica (TAKAHASHI; VERDAMAN, 2008), localizada na atual província de Nara, com expansão gradativa, porém não completa. Tratava-se de um sistema de famílias que, numa hierarquia de poder, se subjugaram às mais poderosas até atingir o Imperador (YAMASHIRO, 1964). Assim, em cada localidade havia um chefe que controlava as terras e a população local. A descrição compreende o período histórico de Nara, iniciado com a mudança para esta capital em 710 (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

O Imperador era a figura que personificava o Estado. É importante compreender que o sistema monárquico japonês muito se diferenciava do Europeu. Havia nítida divisão social, composta por três classes: os elementos livres e dominantes da aristocracia, os trabalhadores semi-livres e os escravos ou *yakko* (YAMASHIRO, 1964). Os meios de produção eram a terra e a mão-de-obra, com o princípio de economia de autossuficiência.

Contudo, o imperador não somente personificava o Estado. Também era referência de autoridade religiosa (OLIVEIRA, 2017). Essa representação é sustentada pela mitologia japonesa, a qual dialogava diretamente com o xintoísmo. A essa relação simbiótica entre o governo e a religião xintoísta dava-se o nome de *saisei-itchi*, uma vez que o palácio real era, concomitantemente, a sede religiosa do país (YAMASHIRO, 1964). Sendo uma das razões porque se manteve uma única dinastia durante tantos séculos.

O Japão foi desenvolvendo-se através do processo descrito no capítulo anterior, havendo constante assimilação da cultura do continente asiático (YAMASHIRO, 1964).

A cidade de Nara foi a capital do Japão (710-784) sendo regida, ao todo, por sete imperadores. Foi inspirada pela capital chinesa, na época denominada *Tang*. Shotoku Taishi tornou-se o príncipe herdeiro quando a imperatriz Suiko assumiu o poder, ocupando, simultaneamente, a regência (592-621). Este período

foi marcado por um rápido progresso, afetando principalmente o terreno político (YAMASHIRO, 1964).

Houve, dessa forma, uma reforma política, sendo elaborada a constituição composta por 17 artigos (TAKAHASHI; VERDAMAN, 2008). Esta enfatizava a importância da cooperação e harmonia, além de outros referenciais importados da legislação chinesa. O príncipe japonês criou uma cultura ao redor do budismo (TAKAHASHI; VERDAMAN, 2008), escreveu livros, investiu em missões diplomáticas até a China, grandes monumentos, templos e propagou seus princípios e ensinamentos (YAMASHIRO, 1964). Além da constituição, segundo o autor, outros movimentos marcaram a administração política, como a Reforma de Taika (estabelecimento de intenso intercâmbio comercial e cultural com a China) e a Política Reformista (revolução que teve como influência as ideias importadas pela China, dando fim ao regime de clãs, uma vez que a população recebia um território que seria a área de cultivo de cada um durante toda vida).

Tais alterações políticas, obviamente, geraram transformações sociais. Neste momento, as classes privilegiadas eram compostas por funcionários poderosos do Estado, por grandes proprietários de terra e, no tempo de Nara, surgiu nova classe: os sacerdotes.

Posteriormente, emergiu o Estatuto de Daihō. O príncipe Nakano-Oye assumiu o poder sob o nome de Tenchi Tenno. Assim, o Estatuto foi uma sequência da Constituição de Taika (YAMASHIRO, 1964). Consistia em estabelecer um regime baseado na igualdade em relação aos direitos humanos. Entretanto, este princípio era aplicado apenas na teoria, sendo observado o preconceito de classes e castas na prática. A educação era restrita à nobreza, e a distribuição favorecia aqueles com maiores riquezas e influência.

Com o tempo, a política de distribuição de terras se restringiu, uma vez que houve o aumento populacional (YAMASHIRO, 1964). Takahashi e Vardaman (2008) apontam que Taika propunha um controle direto sobre a população e as terras, proporcionando centralização do poder do imperador.

Tanto a Reforma de Taika quanto o Estatuto de Daihō foram influenciados pelo confucionismo. Contudo, o que se observava, segundo Yamashiro (1964) era

o excesso de idealismo político confrontado por uma sociedade conservadora – resíduo das influências de poder desenvolvidas durante o antigo regime de clãs.

Segundo Takahashi e Vardaman (2008), no período de Nara foram escritos os primeiros livros nipônicos, correspondendo ao *Kojiki* (712) e o *Nihonshoki* (720), além do *Manyôshû* (composto por cerca de 4.500 *wakas*, sendo *waka* uma modalidade poética japonesa).

Kojiki abordava a história de legitimação e reforço da autoridade dos deuses e dos imperadores, conferindo a estes um status de divindade (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008) estritamente aliado à mitologia japonesa (OLIVEIRA, 2008).

Já *Nihonshoki* abordava a história do Japão (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Importante ressaltar que, nesse período, o Japão não possuía alfabeto e nem escrita próprios, sendo importados os *kanji* da China (YAMASHIRO, 1964).

O excessivo culto ao budismo acarretou em grande despesa e prejuízo no tesouro nacional. Uma vez que eram elaboradas expedições ao continente e grandes investimentos em arquitetura e escultura. Além disso, os sacerdotes começaram a exercer influência política, o que não foi bem aceito pelo imperador Konin, que teve de corrigir tais excessos e introduzir outras reformas administrativas (YAMASHIRO, 1964).

2.4 Heian (794 - 1192)

Kanmu Tenno foi o sucessor de Konin e transferiu a capital do país, com a finalidade de realizar completa reforma política. O imperador Kanmu assumiu o poder em 781 e procurou criar uma nova capital que legitimasse seu governo e sua influência (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Era necessário que o imperador demonstrasse poder, autoridade e evitasse o poder crescente dos sacerdotes budistas, que começava a invadir o âmbito político (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

A primeira opção foi a realocação da capital para Nagaoka-Kyo, ação falha pelo fato de que o local era frequentemente inundado. Assim, a capital foi transferida a Heian, atual Quioto, a qual foi o centro político e cultural do país,

sendo a sede do trono por mais de 1000 anos, até o momento da Restauração Meiji (YAMASHIRO, 1964). Dessa forma, Quioto foi, segundo Takahashi e Vardaman (2008), a capital do Japão de 794 a 1868.

Neste período, é necessário ressaltar a influência da família Fujiwara, crescente até atingir seu apogeu em Heian (YAMASHIRO, 1964). Foram criados novos cargos não previstos por lei e ocupados por membros da família Fujiwara, direcionando a política a favor deste clã. Neste contexto, Uda Tenno atribuiu funções a Michizane Sugawara, quem, embora de origem modesta, era extremamente culto.

Em sequência, o sucessor Daigo seguiu a mesma diretriz de seu antecessor Uda, dando o título de Ministro da Direita a Sugawara. Tal atitude foi reprovada pela família Fujiwara, e Sugawara foi transferido a Kyushu (YAMASHIRO, 1964). Takahashi e Vardaman (2008) sugerem que a transferência foi motivada por falsas acusações, fazendo com que Sugawara fosse banido, exilado, recebendo posteriormente o título de patrono da caligrafia.

A evolução cultural permaneceu incentivada pela nobreza e ainda houve um rompimento temporário das relações nipônicas com o continente, com o intuito de promover a nacionalização e um produto que não fosse resultado de importações sucessivas que ocorreram até então (YAMASHIRO, 1964).

Takahashi e Vardaman (2008) ressaltam que o intercâmbio cultural com o continente asiático era crescente e que deu base para promoção de reformas administrativas no Japão. As artes tinham seu precursor o estilo *Yamato-e* (pintura de Yamato). Também neste momento, século IX, houve a criação dos alfabetos silábicos simplificados dos caracteres chineses: *hiragana* e *katakana*.

A criação de um alfabeto nacional caracterizou um avanço na independência cultural e educacional do arquipélago japonês (YAMASHIRO, 1964). Por esse motivo, houve o nascimento de uma literatura nacional particular, como, por exemplo, *Guenji Monogatari* ou História de Guenji, sendo uma crônica realística de personagens da época.

Outro fato interessante, segundo Yamashiro (1964), é que a maior parte das obras foi redigida por escritoras. O motivo era de que os homens se dedicavam exclusivamente aos estudos de clássicos chineses, enquanto as

mulheres usufruíam dos novos alfabetos, possibilitando uma narrativa mais livre, simples e popular.

Havia um contraste entre a capital e o interior. Aquela cultivava uma cultura aristocrática baseada no refinamento, esplendor e luxo, tornando a política um coadjuvante dentro das prioridades. Já o interior sofria com os efeitos da negligência e descaso, o que veio a aumentar o índice de assaltantes, piratas, ladrões e incendiários. Assim, o povo era o prejudicado (YAMASHIRO, 1964) com o florescimento da literatura, acúmulo de riquezas, enquanto a moral era decadente. O autor aponta que a aristocracia estava tão poderosa que nem mesmo a realeza conseguia se impor. O regime de clãs estava estabelecido sob outra roupagem.

2.5 Surgimento dos Samurais

Os bushi, guerreiros ou samurais surgiram devido à ausência de proteção policial, principalmente em zonas rurais, como consequência da negligência aristocrática das metrópoles. Estes eram organizados em grupos por proprietários de terras. E eram treinados na arte militar, deixando de lado sua função primária como lavradores (YAMASHIRO, 1964). O laço de fidelidade e lealdade entre senhor e vassalo era consistente.

Segundo Sugai (2000a), eram oriundos da ausência de policiamento somado ao enfraquecimento do poder central da aristocracia, gerando a necessidade de recrutamento para formação das milícias. Formaram uma classe que se estratificou no decorrer dos séculos X e XI: classe dos samurais (ou *bushi*) (SUGAI, 2000a).

Com o tempo, surgiram os grupos de chefes militares mais poderosos: os Guenji (Minamoto) ao leste e os Heishi (Taira) ao Oeste (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Os Guenji (Minamoto) descendiam de Seiwa Tenno e ocupavam postos de governança na região de Kanto e nordeste (Tohoku), enquanto os Heishi (Taira) eram descendentes de Kwammu Tenno e se distribuíam pela região de Kinki (distritos de Osaka e Kyoto) e Chugoku (províncias centrais).

No entanto, embora apresentassem a mesma origem, as famílias tornaram-se rivais e a rivalidade perdurou por séculos (YAMASHIRO, 1964). Tratava-se de uma disputa pela hegemonia militar e política da nação nipônica (SUGAI, 2000a).

Concomitante ao surgimento desta nova classe, os Fujiwara haviam atingido uma posição extremamente poderosa, fazendo com que o 71º imperador, Gosajo-Tenno, se indignasse e assumisse pessoalmente o governo, implantando reformas político-administrativas. Contudo, após cinco anos, renunciou para que seu filho Shirakawa Tenno assumisse o poder. Shirakawa entregou seu posto a Horikawa Tenno após a morte de Gosajo e havia se tornado um monge. Porém, embora tivesse renunciado, governou o país por mais de 40 anos (YAMASHIRO, 1964). A este tipo de governo, dava-se o nome de *insei*, com o significado de ser um *governo imperial enclausurado* sendo este adotado por várias gerações.

Diversas rebeliões estavam ocorrendo, apontando a força dos samurais. Para Guenji, a distância em relação a Quioto foi favorável no sentido de não terem sido contaminados pelos excessos e refinamentos da metrópole, conservando sua moral e mantendo a simplicidade e dureza da vida campestre (YAMASHIRO, 1964).

Já os Heishi estavam mais próximos do que ocorria na capital, passando a exercer influência sobre Quioto (YAMASHIRO, 1964). Yoritomo Minamoto se posicionou contra Kiyomori Taira, sendo derrotado e levando à dispersão dos integrantes da família Guenji por todo o território nacional. Porém, Kiyomori teve seu período de governança curto e reduzido, devido ao abuso de poder. O filho de Yoshitomo, de nome Yoritomo, havia se exilado no leste e decidiu vingar-se dos Taira. Para isso, conseguiu o auxílio e suporte de todos os *bushi* do leste que apoiavam os Minamoto, inclusive seu irmão Yoshitsune – uma das peças-chave no ataque a Quioto. O ataque foi inesperado pelos Taira, uma vez que estes haviam cedido à vida ociosa da nobreza, assim como os Fujiwara. Os Taira fugiram para oeste e abandonaram a capital, mas Yoshitsune os perseguiu, gerando a batalha Danno-Ura, em 1185 (YAMASHIRO, 1964).

Importante ressaltar que no fim do Período Heian, alguns samurais passaram a frequentar parte da estrutura acadêmica, com interesses voltados principalmente à administração pública, matemática, direito (leis) e administração

voltada à justiça, com a finalidade de agregar conhecimentos ao seu planejamento e estratégia militar (RATTI; WESTBROOK, 1991).

2.6 Kamakura (1192 - 1333)

Ao governo militar, dá-se o nome de *bakufu* no Japão, o qual teve início com a disputa narrada no capítulo acima entre os Guenji e os Heishi, com o desfecho da vitória dos Minamoto (Guenji).

Minamoto no Yoshitsune é, até hoje, considerado por muitos, o maior comandante militar na história japonesa (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Reconhecido por ter restaurado a honra do clã de Guenji através de batalhas bem-sucedidas e planejadas. Contudo, a relação com seu meio irmão Yoritomo passou a se tornar cada vez mais competitiva na busca pelo poder. Em função disso, Yoritomo assassinou seu meio-irmão em 1189 e passou exterminar todos familiares que pudessem se opor a ele (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Assim, o poder político-militar deslocou-se para Yoritomo, o que significava que, neste momento, a administração do Estado não mais era controlada pela aristocracia, mas sim pelos militares, os samurais (YAMASHIRO, 1964).

Dessa forma, Yoritomo, com a finalidade de se obter controle político, nomeou vassalos de confiança a cargos criados por ele mesmo. Esta atitude o auxiliaria no controle do poder e da posse de terras e na influência daqueles que governavam as províncias. Tratava-se de uma nova organização político-social, denominada como feudalismo (YAMASHIRO, 1964).

Yoritomo se estabeleceu na porção oriental do Japão, em Kamakura, de onde conseguia controlar a maior parte da região de Kanto e se denominou com o título de *seitashogun*, que significa *o grande bárbaro general* (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). O *bakufu* corresponderia ao posto militar onde o *shogun* (*comandante do exército*) exercia suas funções, tanto políticas quanto militares. Tratava-se, então, de um *shogunato* – um tipo de sistema que perdurou até a Restauração Meiji (YAMASHIRO, 1964).

Em 1220, surgiu um rei mongol chamado Ghen-Gis-Khan que, em pouco tempo, dominou a China e países vizinhos. O domínio expandiu-se ainda mais

quando seu neto Kublai Khan dominou a península coreana, atingiu até mesmo Rússia, Alemanha, Áustria e Itália (YAMASHIRO, 1964) e, nessa política imperialista e expansionista, visava dominar o Japão.

Em 1274, o exército mongol dirigiu-se ao Japão com cerca de 40.000 soldados distribuídos em 900 navios. Contudo, antes que os invasores pudessem estabelecer sua vitória, ocorreu um furacão violento que afundou a maior parte dos navios do exército mongol. Perseverante, Kublai Khan organizou outra expedição, enviando 4.400 navios e 140 mil soldados em 1281. O mesmo desfecho ocorreu: outro furacão destruiu sua tropa. Destes eventos, surgiu o nome *kamikaze*, que significa *vento divino* (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Embora a nobreza estivesse sem poder político, permanecia com os mesmos padrões de consumo e luxo, enquanto os samurais eram os condutores do povo. A frugalidade era uma qualidade muito valorizada por esta classe de guerreiros (YAMASHIRO, 1964).

O comércio era limitado aos centros, sendo realizadas feiras em que ocorriam trocas de produtos. A compra e venda começou a surgir em grandes cidades, como Quioto e Kamakura.

Diversas seitas budistas atravessaram períodos no Japão. O Budismo era visto como o protetor da nação nipônica e uma religião elitista (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Contudo, com o tempo, parte dos ensinamentos havia perdido a sua pureza. Então Eisai ou monge Dogen (1200 – 1253), ao retornar de uma de suas viagens para a China, estabeleceu a seita *Soto Zen Budista*. Samurais e camponeses apresentavam aceitação perante o budismo, principalmente da seita Zen.

Segundo Takahashi e Vardaman (2008), para Dogen, a meditação sentada era a melhor e mais elevada prática budista. **O *Zen-shû* era especialmente divulgado entre os *bushi*, criando um sentimento de devoção ao patriotismo, honra aos antepassados e sucessores. Propunha, ainda, uma vida simples, dura e voltada ao dever, exatamente o estilo de vida próprio dessa classe guerreira** (SUGAI, 2000a). **Esse sentimento de devoção deu**

base à lealdade e fidelidade dos samurais. Além disso, tinha a função de meditação, preparo para combater e, por fim, para enfrentar a morte com coragem (YAMASHIRO, 1964).

Quanto às artes e aos estudos, a modalidade poética *waka* ganhou adeptos e popularidade, transcendendo a classe de nobres e sacerdotes, atingindo os *bushi*. A prosa foi florescendo com a temática das guerras entre clãs e conflitos individuais entre os samurais, tratando-se, majoritariamente, de **narrativas militares**.

O próprio artesanato tinha enfoque bélico, com espadas, arcos, capacetes, etc. A arquitetura e escultura foram influenciadas pelo *zen*, refletindo o estilo de vida das classes dominantes deste período. Por fim, a pintura era caracterizada pelo *Yamato-e* (YAMASHIRO, 1964). Dessa forma, observava-se o interesse em conectar o treinamento militar, através das artes marciais, com os aspectos culturais (RATTI; WESTBROOK, 1991). Porém, este tipo de tratamento seria destinado para os samurais hierarquicamente elevados, deixando aqueles desprovidos de status sem esse tipo de formação.

Segundo Yamashiro (1964), a divisão social ocorria de acordo com quatro classes: os *kugue* (nobres que ainda ocupavam posições palacianas), os *samurais* (guerreiros que detinham o poder militar e político), os *bongue* (pessoas comuns, como lavradores e comerciantes) e os *sennin* (compostos por escravos, mendigos e trabalhadores que lidavam com o couro de animais - atividade considerada indesejada devido à influência budista). A agricultura continuou sendo o pilar econômico central do Japão, embora houvesse espaço para a formação da classe de artesãos e comerciantes.

Tanto na Europa quanto no Japão eram altos os índices de rebeliões gerados por inquietação social, provocada pela fraqueza do poder político central. Com a instalação do Kamakura-Bakufu, a relação senhor e vassalo estava consolidada. Contudo, o regime feudal nipônico apresentava-se descentralizado, uma vez que o governo central não tinha controle sobre o território nacional. Lutas entre *kugue* e *bushi* eclodiram e, posteriormente, guerras civis em função das disputas militares entre os feudos (YAMASHIRO, 1964).

Segundo Takahashi e Vardaman (2008), Yoritomo não pode perpetuar o poder em sua família, uma vez que Sanetomo, seu último filho vivo, fora assassinado em 1219. Paralelamente, observava-se crescente prestígio e influência do clã Hojo.

O imperador Godaigo-Tenno planejou um golpe, com o intuito de resgatar o prestígio da corte, porém, o regente Takatoki Hojo o exilou. A este evento, deu-se o nome de *Incidente de Guenko* (1331-1333). Masashige Kusunoki, integrante da família Fujiwara, foi estimulado pela nobreza a lutar contra o exército do *bakufu*, conseguindo apoio dos *bushi* que apresentavam interesse familiar ou político em relação ao trono. Também incentivou Godaigo a escapar do exílio para a província de Hoki.

Em contrapartida, Takatoki enviou seu general Takauji Ashikaga a Hoki para que solucionasse tais oposições, mas Ashikaga se rebelou e aderiu às forças imperiais. Assim, atacou Quioto e eliminou os membros da família Hojo.

Simultaneamente, em Kanto, Yoshida Nitta, outro general descendente dos Minamoto, atacou Kamakura, a sede do *bakufu*. Tanto Takatoki Hojo quanto centenas de generais e vassalos cometeram o suicídio denominado *harakiri* ou *seppuku*, extremamente recorrente entre os samurais para que a honra pudesse ser mantida com a derrota (YAMASHIRO, 1964).

2.7 Muromachi (1334 - 1565)

Takauji Ashikaga tornara-se o *bushi* mais poderoso e influente, sendo descendente da família Guenji, e decidiu reestabelecer o *bakufu*. Seu ataque resultou em sua derrota, fazendo com que se fugisse para Kyushu, onde planejou um segundo ataque. Desta vez, obteve êxito, substituindo Godaigo pelo imperador Komyo Tenno. Godaigo, então, se retirou para Yoshino, estabelecendo um governo à parte, independente de Quioto.

Assim, o país estava dividido entre duas facções, e cada uma seguia o imperador que considerasse legítimo. Deu-se o nome de período *Nanpokuchô*, ou cortes do norte e do sul (YAMASHIRO, 1964). Takahashi e Vardaman (2008)

ressaltam o fato de que o Japão estava, neste momento histórico, comandando por duas autoridades: a corte imperial de Quioto e o *bakufu* militar de Kamakura.

A formação do novo *bakufu* foi dada quando Takauji Ashikaga foi nomeado pelo imperador Komyô, o qual representava um símbolo falso da monarquia em Quioto (YAMASHIRO, 1964). Apesar de Muromachi ter seguido o modelo implantado em Kamakura, havia retrocedido no que diz respeito a um governo misto, entre os *kugue* e os *bushi*, similar ao que ocorrera na época em que os Fujiwara e os Taira dividiam o poder (YAMASHIRO, 1964). Após a invasão dos mongóis, o prestígio do *bakufu* havia sido afetado, estimulando rebeliões e motins por parte dos *bushi*.

Segundo o autor, a reforma política de Kemmu – ou Kenmon (TAHAKASHI; VARDAMAN, 2008) – consistia no regresso do imperador a Quioto e na administração de províncias através de comissários e governadores. Os cargos foram distribuídos entre nobres e samurais que haviam lhe apoiado. Entretanto, a rivalidade entre estas classes se acentuava. O primeiro momento do governo estava marcado pela disputa entre os grupos dominantes por vantagens, enquanto o segundo era marcado pela colisão com novas forças que emergiam em meio à crise (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Assim, a sociedade japonesa que antes se apresentava de forma extremamente rígida, neste período sofre alterações drásticas e rápidas.

O *shogunato* Ashikaga foi responsável por 250 anos de governo no Japão, um período considerado caótico e de constantes guerras civis (YAMASHIRO, 1964). Apesar do caos, segundo Takahashi e Vardaman (2008) os imperadores Yoshimitsu e Yoshimasa se renderam à uma vida luxuosa e repleta de pompa, investindo imensamente nas artes – como na construção do *Kinkaku-Ji* (*pavilhão de ouro*) e do *Gingaku-Ji* (*pavilhão de prata*). Tal atitude levou a um descontentamento popular, uma vez que a população era prejudicada com tributações exacerbatantes e sem retorno dos impostos pagos (YAMASHIRO, 1964).

Neste contexto, eclodiram diversas revoltas, motins e rebeliões. A fraqueza e o descontrole do *bakufu* se acentuavam ainda mais e, segundo Yamashiro

(1964), tratou-se da administração política mais fraca, descentralizada e desorganizada de toda a trajetória da história japonesa.

Irrompendo a guerra civil, deu-se início ao *Sengoku-Jidai* (período das guerras civis) que tinham como objetivo conquistar o domínio do país. Com duração superior a 100 anos, praticamente não existia governo central (YAMASHIRO, 1964). Segundo Takahashi e Vardaman (2008), a frase que explicava este momento histórico era *Gekokujo*, ou seja, *aqueles que estão abaixo se sobrepondo àqueles que estão por cima*.

Apesar dos problemas evidentes deste período, houve uma marcha ascensional no que diz respeito ao desenvolvimento comercial, cultural e econômico. Foi neste período em que o trigo foi introduzido na lavoura, além de outros produtos como: o chá de Uji, laranjas de Kishu, mercados de peixe, uvas de Koshu, salinas, aumento da produção de ferro, cobre, ouro, prata e outros minerais. Além disso, popularizou-se o sistema monetário importado da China.

As culturas das classes dos *bushi* e dos *kugue* passaram a se fundir e o *shogun* recebeu títulos palacianos. Em relação à literatura, a poesia permanecia com a modalidade *waka* e surgia um outro estilo chamado *renka* (YAMASHIRO, 1964). A arquitetura estava fortemente vinculada ao *zen*, caracterizando-se pela simplicidade. Também neste período ganhava prestígio a arte do chá (*cha-no-yu*), a arte de arranjar flores em vasos (*ikebana*), drama *Nô* (para samurais) e teatro cômico para comerciantes.

A guerra civil *Sengoku-Jidai* vai ser vista de outro prisma com a chegada dos portugueses à ilha de Tanegashima, sul de Kyushu (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Tratou-se do primeiro contato do Japão com o ocidente, possibilitando o primeiro contato com armas de fogo, as quais direcionaram nova tática de guerra para os senhores feudais (YAMASHIRO, 1964). Em 1549, a propagação da fé cristã chega através de missionários.

2.8 Azuchi e Momoyama (1573 - 1600)

A unificação do Japão foi iniciada por Nobunaga Oda, um descendente dos Taira. Takahashi e Vardaman (2008) pontuam Oda como o primeiro dos três

unificadores do Japão. Ele estabeleceu seu posto no castelo-fortaleza de Azuchi, o que promovia uma simbologia especial e, até então inédita no Japão: tratava-se da primeira vez em que um militar feudal procurava estabelecer um centro político do país (YAMASHIRO, 1964). Além disso, preocupava-se também com a coroa, reparando o palácio imperial. Segundo Takahashi e Vardaman (2008), apresentava um governo agressivo, eliminando quem se opusesse a ele e ao seu governo, o que poderia atingir, até mesmo, os sacerdotes e monges budistas.

Em um dos conflitos para a unificação, Nobunaga Oda foi traído por um de seus generais, Akechi Mitsuhide (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008) não sendo possível concluir a obra de unificação nacional. No entanto, Hideyoshi Hashiba era um general fiel, disposto a vingar a morte de seu soberano e tal atitude fez com que ganhasse respeito diante dos demais militares. Além disso, recebeu o título de *kwampaku* ou conselheiro principal do imperador, recebendo o nome de Toyotomi como recompensa. Este samurai provinha de uma origem tão modesta que não possuía sobrenome (YAMASHIRO, 1964).

Toyotomi Hideyoshi além de atacar quem resistisse a sua autoridade, criava também alianças militares, conquistando virtualmente o poder de todo o Japão em 1590 (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Tanto Nobunaga quanto Hideyoshi tiveram administrações marcadas por renovações. De fato, eram políticos interessados na situação geral da nação. Assim, incentivaram a lavoura, reconhecendo que este setor era essencial para a economia do país; estimularam a mineração e sua relação com o sistema monetário; estabeleceram postos de fiscalização para taxaço e vigilância; construíram pontes e estradas; estimularam o comércio e a indústria pela livre concorrência (YAMASHIRO, 1964).

Hideyoshi ainda restringiu o porte de armas à classe dos *bushi*, com a finalidade de distinguir o não-guerreiro do guerreiro. Além disso, a construção de castelos promovia cidades repletas de exércitos samurai, o que tornou notável a mudança demográfica e as demandas por realizações culturais (TAKAHASHI, VARDAMAN, 2008).

Segundo Yamashiro (1964), apesar de Nobunaga e Hideyoshi terem trabalhado no mesmo sentido de unificação, algumas de suas atitudes divergiam.

Por exemplo, Nobunaga permitiu a propagação do cristianismo, inclusive o missionário Francisco Xavier permaneceu dois anos no território nipônico, além de enviar emissários a Roma. O número de católicos no Japão cresceu, não somente pela liberdade de praticar tal religião, mas também pelo descontentamento dos japoneses em relação ao budismo, principalmente com a decadência do clero budista.

Em 1587, Hideyoshi proibiu o cristianismo por questões políticas, acreditando que o principal interesse por trás das missões estava vinculado ao estabelecimento do poder político ocidental e não somente a conversão ao catolicismo. Estava assim plantada a desconfiança contra a catequização estrangeira, o que preparou o terreno para a política de isolamento, A seclusão do Japão. Houve, ainda, a implantação da cultura *Namban* – a cultura dos bárbaros do sul – sustentada pela declaração de Hideyoshi de que o Japão era considerado a *Terra dos Deuses*, deixando evidente que missionários ibéricos não eram bem-vindos (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Em Momoyama, as guerras civis já haviam cessado. O período recebeu este nome por conta do castelo de Fushimi, local onde Hideyoshi residiu quando mais velho, conhecido também como Momoyama (YAMASHIRO, 1964).

Portanto, este período é caracterizado por ser o mais curto da história do Japão, apesar de marcado por diversas mudanças e renovações culturais e políticas. Assim, trata-se de uma fase de transição entre dois grandes períodos com características distintas entre si: Muromachi e Tokugawa (YAMASHIRO, 1964).

2.9 Edo Bakufu ou Tokugawa Bakufu (1603 - 1867)

Após a morte de Hideyoshi, a influência de Tokugawa Ieyasu cresceu exponencialmente. Contudo, havia senhores feudais fiéis a Hideyoshi, e se posicionaram a favor da família de Toyotomi Hideyoshi (YAMASHIRO, 1964). Assim, formaram-se dois grupos rivais que foram ganhando adeptos até a famosa Batalha de Sekihagara em 1600, que ocorreu em Gifu (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

O Japão havia sido segmentado para este conflito. O batalhão do leste, o qual era coordenado por Ieyasu Tokugawa derrotou o exército do oeste, coordenado por Ishida Mitsunari. Takahashi e Vardaman (2008) ressaltam, ainda, um fato importante: muitos guerreiros e soldados trocaram de lado durante a batalha, outros nem mesmo entraram no combate, aguardando o resultado para se manifestar.

De qualquer forma, todos os partidários do exército a favor da família Hideyoshi foram punidos, fazendo com que os *daimyos* (senhores feudais) devessem obediência ao governo de Ieyasu (YAMASHIRO, 1964). Apesar da repreensão, Hideyori conseguiu resguardar o castelo de Osaka, o qual havia sido obra de seu pai, Hideyoshi. Quando Hideyori atingiu a maioridade, os partidários de Hideyoshi se posicionaram novamente para que o poder voltasse às mãos desta família. No entanto, foram derrotados. Diversos samurais partidários de Toyotomi, além de cristãos perseguidos no Japão, passaram a se exilar em outros países asiáticos, criando verdadeiros bairros japoneses nas Filipinas, Anon, Sião, etc. (YAMASHIRO, 1964).

A administração política deste *bakufu* tinha a sede em Edo (atual Tóquio), tornando-a num verdadeiro centro político e cultural japonês. Segundo Yamashiro (1964), Ieyasu havia se orientado através do modelo de governo militar de Yoritomo Minamoto. Sua gestão exerceu soberania sobre quaisquer autoridades, a qual foi construída e mantida a partir do controle dos *daimyos*, a partir de uma fiscalização rígida do *bakufu*.

Segundo Ratti e Westbrook (1991), uma das diretrizes para a criação e a preservação de uma estrutura nacional estável foi a subordinação hierárquica. Além disso, havia um posicionamento estratégico dos *daimyos*, sendo distribuídos os membros da família Tokugawa e antigos partidários com fidelidade inquestionável nas regiões de Kanto e Tokaido, próximas à capital Edo. Para fortalecer ainda mais a posição de Edo, os *daimyos* adversos a Tokugawa foram enviados a regiões mais afastadas, com o intuito de evitar que estes se mobilizassem contra o governo central (YAMASHIRO, 1964).

Outra estratégia que garantiu a estabilidade do governo Tokugawa foi a implantação do sistema *Sankin-kotai* (TAKAHASHI; VERDAMAN, 2008). Todos os

daimyos eram obrigados a ter residência em Edo, sendo obrigatório que o *daimyo* e sua família passassem um ano em Edo e o próximo ano nos seus respectivos feudos. Portanto, tratava-se de um serviço de escala, que assegurava ao *shogun* reféns virtuais e, quando ocorria qualquer tipo de movimento reacionário, as famílias transformavam-se em reféns de fato (YAMASHIRO, 1964).

Essa transferência periódica de residência assegurava ao *bakufu* duas consequências: fiscalização próxima de todos os *daimyos* e obrigava-os a lidar com altos gastos em função das viagens. Como desfecho, favorecia, ainda, que a cultura da capital fosse conduzida ao interior e permitia o enriquecimento das cidades que beiravam as estradas (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Fica evidente que o *bakufu* de Edo tratava-se de um regime feudal centralizado e militarizado. Apresentava-se apoiado numa natureza conservadora, preservavam-se tradições e era intolerante com novidades, que eram concebidas como subversão e oposição. A divisão de classes era rígida, apresentando como figuras principais: o samurai, o lavrador, o artífice e o comerciante (YAMASHIRO, 1964).

O contexto histórico mundial era regido principalmente por novas potências que se consolidavam: Inglaterra e Holanda, notando-se a decadência dos antigos líderes das grandes navegações: Portugal e Espanha. Os novos domínios visavam estabelecer relações comerciais com o Extremo Oriente. Apesar de conseguirem este espaço, a concorrência batava logo suprimiu o comércio inglês, notando-se progressão no comércio nipo-holandês (YAMASHIRO, 1964).

Em 1639, houve a ordem de fechamento do país. Havia uma rivalidade do cristianismo proferido pela Holanda, protestante, e pelos países ibéricos, católicos. Devido ao bom relacionamento comercial nipo-holandês, o Japão aceitou o conselho holandês sobre romper suas relações comerciais com Espanha e Portugal.

A partir disso, foi travada uma perseguição opressiva aos cristãos, marcada principalmente pelo abafamento violento dos militares na Revolta de Shimabara (1637), em que camponeses cristãos se reuniram para protestar contra esta política de governo e contra a taxa abusiva (YAMASHIRO, 1964).

A Rebelião de Shimabara foi comandada pelo cristão Amakusa Shirou em Nagasaki, na mesma região de Dejima e 35.000 pessoas foram mortas neste episódio (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Todos os japoneses foram determinados a se converterem ao budismo (YAMASHIRO, 1964).

Iemitsu, o terceiro *shogun* de Tokugawa, vetou comunicações com o exterior. Tratava-se do acirramento da política de seclusão, em que não seria permitido nem sair e nem entrar no Japão. A este período, é dado o nome de *Sakoku* que significa *país fechado*. Nem mesmo japoneses que haviam saído antes do decreto puderam retornar (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

A única exceção a essa regra documentada foi o caso de John Manjiro ou Nakahama Manjiro, um pescador que naufragou e foi socorrido por um barco baleeiro americano, marcando o primeiro contato japonês com o território dos EUA. Quando retornou ao Japão, ficou meses sob custódia, sendo abordado por diversos questionamentos e finalmente, foi autorizado a permanecer no Japão, servindo o *shogun* como um samurai. Foi um personagem importante nos episódios posteriores de abertura japonesa, no fim do shogunato Tokugawa e início da Restauração Meiji, exercendo papel de intérprete e auxiliando, principalmente a marinha, no processo de modernização (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

O único país Ocidental que continuou a estabelecer relações com o Japão era a Holanda, com um escritório comercial em Dejima, Nagasaki (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Contudo, apesar deste contato, a cultura do Japão pode isolar-se e ser preservada.

Durante o shogunato Tokugawa, a corte imperial voltou a ser lembrada, uma vez que havia sido ignorada durante o shogunato de Ashikaga. Essa manobra era consciente de que o trono exercia influência espiritual em relação ao povo. Assim, reforçou o respeito e a consideração ao imperador, porém, determinou como algo ideológico e espiritual, e não político (YAMASHIRO, 1964).

Dessa forma, sua atitude diminuía a influência política de Quioto, além de considerar o imperador apenas como um símbolo de unidade e identidade espiritual da nação nipônica, designando-lhe o termo *amatsukami*, ou Deus do Céu (YAMASHIRO, 1964).

A sagacidade de Tokugawa foi mais adiante quando, sob o pretexto de proteção, segurança e defesa, enviou um vigia ao palácio imperial, determinando que as visitas ao imperador deveriam ser autorizadas pelo *shogun* previamente. Dessa maneira, tornou-se uma figura repleta de mistério, beirando as lendas e o invisível, devido seu isolamento, sendo considerado intocável e sagrado (YAMASHIRO, 1964). Os nobres *kugue* tiveram sua subsistência garantida, embora isentos de qualquer tipo de poder político.

Os daimyos haviam construído castelos-fortaleza em muitas cidades do interior. Os *bushi* viviam em torno do castelo para que pudessem atender ao seu senhor. Antes do período das guerras civis, *Sengoku Jidai*, os samurais permaneciam somente no campo, mas migraram também para as cidades (YAMASHIRO, 1964).

O *bakufu* Tokugawa valorizava a agricultura como o ramo mais importante de produção, principalmente tratando-se do arroz, apesar de ter um cultivo razoavelmente variado, colhendo também alguns produtos trazidos como novidade pelos ibéricos, como: batata-doce (origem: América do Sul), abóbora (recebeu o nome de *cabotcha* por ter vindo do Camboja, embora tivesse origem americana), etc. As zonas rurais dispunham de considerável autonomia, em que cada aldeia possuía seu respectivo chefe.

Havia um sistema chamado *grupo de cinco*, que consistia na organização de blocos de cinco famílias para que se auxiliassem no trabalho e na prestação de deveres. Além disso, um dos objetivos era a vigilância anticristianismo, em que, se algum membro integrante do grupo das cinco famílias fosse identificado como cristão, o grupo todo seria punido (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Embora o produtor agrícola, o lavrador, desfrutasse de um status social saliente, mostrava-se despossuído em relação aos comerciantes e artesãos (YAMASHIRO, 1964). Isto ocorria em função da interferência do *bakufu*, que determinava medidas restritivas e regulamentos severos com o intuito de dificultar rebeliões e a ociosidade deste grupo. Assim, durante o *bakufu* Tokugawa, ocorreram diversos motins de agricultores, apontando o descontentamento dos camponeses.

Por outro lado, os *chonin* ou *gente da cidade* eram os negociantes e artesãos, os quais eram desprezados socialmente pelos samurais. Contudo, eram muitas vezes mais prósperos do que muitos *daimyos* (YAMASHIRO, 1964). O movimento comercial interno se intensificou, principalmente nas cidades de Edo e Osaka.

Entre 1688 a 1763, consolidava-se o Período de Guenroku (*Genroku Jidai*). Segundo Takahashi e Vardaman (2008), este período era marcado pela ascensão da cultura popular. A crescente influência da ideologia confucionista somada ao movimento florescente do teatro, poesia, prosa e pinturas na madeira, sendo um período de notável crescimento e desenvolvimento cultural. Era, ainda, a representação do isolamento e solidificação do regime, correspondendo a um momento de paz interna (YAMASHIRO, 1964).

O contexto favoreceu o desenvolvimento do teatro, do origami e o surgimento do *haikai*. *Haikai* trata-se de uma modalidade poética sintetizada em versos de 17 sílabas que busca a tranquilidade espiritual associada à natureza, tendo como principal autor Basho Matsuo. Também há destaque para o *Ukiyo-e*: uma modalidade de pintura marcada principalmente pela obra “53 estalagens de Tokaido” de Hiroshige Ando (YAMASHIRO, 1964, TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Os estudos também foram essenciais no estabelecimento do *bakufu* Tokugawa. A doutrina confucionista teve ampla difusão no Japão desde a antiguidade, século V, e serviu de alicerce para assegurar a ordem pública. No entanto, diversos estudiosos passaram a engrandecer a cultura chinesa em detrimento da cultura nacional. Assim, foi necessário instaurar novas teorias apoiadas no xintoísmo (YAMASHIRO, 1964).

Alguns acadêmicos, como Kano no Mabuchi e Motoori Norinaga, passaram a rejeitar a ideologia neoconfucionista introduzida da China, por alegarem a superioridade da cultura japonesa (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

De qualquer forma, observou-se um movimento similar ao que ocorrera no budismo anteriormente: o Japão assimilava uma cultura estrangeira de tal modo que a transformava e lhe proporcionava características próprias (YAMASHIRO, 1964). Também foi dado incentivo ao estudo dos clássicos nacionais, como

Manyoshu, Kokiki, Nihonshoki (YAMASHIRO, 1964), sob o pretexto de buscar o *puro coração japonês* ou *Yamatogokoro* (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

A queda do bakufu foi influenciada por alguns fatores centrais: tendências mundiais, complicações político-econômicas, calamidades naturais. Quanto às tendências mundiais, sabe-se do processo expansionista que potências adotavam no período, em contraposição ao isolamento imposto pelo bakufu japonês.

Baleeiras e embarcações americanas e inglesas estavam cada vez mais próximas às costas japonesas. Os russos haviam tentado estabelecer relações comerciais em 1792, as quais foram rejeitadas pelo bakufu. Porém, nesse mesmo evento, a embarcação russa trouxe consigo naufragos japoneses que haviam estado na Rússia e que traziam com eles, novidades do mundo exterior ao Japão (YAMASHIRO, 1964).

Quanto às complicações sociopolítico-econômicas, nota-se o ganho de poder por parte dos *chonin* ou comerciantes, apesar de serem inferiores na hierarquia social da época. A princípio, os samurais repudiavam o enfoque dado ao dinheiro por esta classe. Contudo, com o tempo, passaram a desfrutar de certo luxo nas cidades, aumentando assim seus gastos, sendo necessário trocar o arroz que recebiam por seus serviços pelo dinheiro. Então, foi recomendado pelo *bakufu* que os samurais economizassem, procurando a frugalidade que tinham quando permaneceram no campo, mas os resultados foram limitados. Ainda neste fator central, observou-se a decadência na lavoura em função da fatigante tributação, acarretando no êxodo rural.

Quanto às calamidades naturais, em 1771 houve um furacão que destruiu o Japão, além da epidemia da peste, que provocou a morte de aproximadamente 90.000 pessoas, da fome e da miséria, que atingiram seu ápice em 1783. A tais acontecimentos e contexto, deu-se o nome de *Tenmei Famine* (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Em decorrência de todos esses fatores, observava-se baixíssima natalidade, reduzindo a mão-de-obra. Com isso, a lavoura estava cada vez mais comprometida e a divisão social não correspondia mais ao que ocorria na realidade (YAMASHIRO, 1964).

A abertura dos portos foi oficializada pelo Tratado de Kanagawa, quando, em 1853, os EUA propuseram um acordo comercial, através da chegada do comodoro Matthew Calbaith Perry, trazendo consigo a proposta assinada por Millard Fillmore (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Porém, ambos autores concordam que tal proposta foi forçada. Uma vez que intimidaram o Japão por seu arsenal marítimo e logístico, o tratado trouxe um fim formal à política de seclusão nacional. (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

A decisão do *bakufu* foi aconselhada pela corte de Quioto e também pela opinião dos *daimyos*, rompendo com o precedente de shogun resolver todas as questões por si, gerando perda de prestígio do governo central (YAMASHIRO, 1964).

Tratados semelhantes foram estabelecidos com a Inglaterra, Rússia e Holanda e, como consequência da abertura dos portos, o Japão passou a exportar seda, ouro, chá e outros produtos, enquanto importava tecidos de lã e algodão. No entanto, o mercado interno se viu com preços mais elevados, o que trouxe dificuldades financeiras aos samurais e ao povo. Resultado: eclodiu um movimento contra o *bakufu* e à entrada de estrangeiros, que foi abafado violentamente pela marinha americana, inglesa, francesa e holandesa. A este evento deu-se o nome de Canhão de Shimoseki, em 1854 (YAMASHIRO, 1964).

Diversos conflitos surgiram dentro do *bakufu*, a partir de correntes extremistas e moderadas. Os líderes do movimento que procuravam destruir o regime shogunal eram Takamori Saigo e Toshimichi Okubo. O *bakufu* procurava se impor, porém já apresentava sinais de fraqueza e falta de autoridade sobre os feudos. Quando a guerra civil estava no auge, em 1868, o *shogun* Iemochi faleceu, seguido do imperador Komei Tenno (YAMASHIRO, 1964). O 15º *shogun* cedeu seu cargo e o poder político retornou para o imperador. Assim, assumiu o poder o jovem imperador Meiji. Tratava-se do fim do shogunato Tokugawa, instaurado por Ieyasu há 260 anos, e, concomitantemente, do término do regime militarista (*bakufu*) estabelecido há 700 anos por Yoritomo Minamoto (YAMASHIRO, 1964).

O regime Tokugawa representou um período em que as artes (inclusive as marciais) e a cultura japonesa puderam evoluir sem interferência estrangeira, o que contribuiu imensamente na formação de uma consciência nacional incorporada pelo povo nipônico a partir de um longo período de concentração e auto-aperfeiçoamento (YAMASHIRO, 1964).

Segundo Tsunetomo (2006), a Era Edo foi marcada por um período de paz devido ao controle centralizado do *shogun*. As condições eram favoráveis ao crescimento da classe mercantil, além da expansão das cidades-castelos em diversos feudos. Contudo, a ausência de conflitos trouxe problemas para a classe dos samurais, uma vez que o propósito principal de seu serviço não estava sendo necessitado.

Assim, os senhores feudais ou *daimyos* tinham uma demanda administrativa baseada na instrução maior do que guerreiros para proteger os interesses e posses do *daimyo*. Neste momento, surgiu o *ideal confucionista do homem completo*, caracterizado por ser um guerreiro e, simultaneamente, um erudito (TSUNETOMO, 2006). Este ideal vai ser essencial na ressignificação das artes marciais a partir da Era Meiji, principalmente ao se considerar o **judô**.

2.10 Restauração Meiji

Com a implantação de um novo regime governamental, o eixo político foi transferido para a corte, com a criação de novos cargos e exclusão de outros. Em março de 1868, o imperador Meiji efetuou o *Juramento dos 5 Artigos*, que segundo Yonashiro (1964), de maneira geral, consiste em: convocação de assembleias para resolução de assuntos de interesse geral, de acordo com a opinião pública; unidade social para administração; estimular o espírito popular; ênfase no senso de equilíbrio e justiça; busca pelo saber (nacional e internacional).

A capital imperial passou de Quioto para Tóquio (modificação de Edo para *Tokyo* – que significa capital do leste), concedendo ao novo governo um espírito de renovação (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Embora o

bakufu estivesse extinto, alguns feudos ainda existiam sob a administração dos *daimyo*.

Juntamente com a Restauração Meiji surgiu a necessidade de mudanças na estrutura política, uma vez que somente um país centralizado poderia ser capaz de lidar com estrangeiros (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Nesta linha, foi necessário trazer o imperador para a capital japonesa, agora denominada de Tóquio ou capital oriental. Segundo os autores, o *shinto* teve sua participação no processo de conceder independência e supremacia ao imperador.

A infra-estrutura progrediu bastante no Japão durante este período de reformas. Foram construídas estradas de ferro como a Tokyo-Yokohama e Tokaido, nas datas 1872 e 1889, respectivamente. Também foi dada maior permissividade marítima, além de implantação de empresas e indústrias, marcadas pela introdução de técnicas ocidentais. Todas essas ações possibilitaram maior desenvolvimento econômico no Japão (YAMASHIRO, 1964). De fato, o desenvolvimento ferroviário foi um marco para a modernização do Japão, sendo que em 1964 chegou a atingir aproximadamente 28.000 km de extensão.

No âmbito cultural, a revolução também se manifestava. Em 1872, foi implementado o *Regime da instrução*, o qual consistia na criação de escolas aplicada a homens e mulheres. Tal ação foi de suma importância para iniciar a ruptura de pensamento e valor de que as mulheres deveriam ocupar um plano inferior em relação aos homens, tanto na vida pública quanto privada. Portanto, foi um marco para o empoderamento feminino e início de uma longa trajetória por direitos iguais. Com este regime, em pouco tempo, o analfabetismo deixava de existir.

Surgiu, então, o termo *Bunmei Kaika* que representa a civilização e a iluminação, marcando a abertura nipônica ao ocidente. Em paralelo, como mencionam Takahashi e Vardaman (2008) o slogan *Fukoku Kyuhei* ganhava popularidade ao pregar o ideal de um país rico e com exército forte.

Com o Período Meiji, o feudalismo dava espaço para o capitalismo. O sistema capitalista ganhou estudiosos, como Yukichi Fukugawa (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Propondo ideias liberais (TAKAHASHI,

VARDAMAN, 2008), Fukugawa está para o Japão assim como Adam Smith está para Inglaterra na questão capitalista (YAMASHIRO, 1964). Notava-se que o governo imperial conseguiu unificar o país com a formação de uma administração centralizada e moderna, inspirada em modelos do Ocidente, sendo este o objetivo principal da Restauração Meiji (YAMASHIRO, 1964). Inclusive, ressaltou a necessidade da responsabilidade individual como base para o espírito da civilização (TAKAHASHI, VARDAMAN, 2008).

Em 1882, curiosamente o mesmo ano de criação do Judô, o imperador Meiji anunciou uma medida educacional que trazia consigo a responsabilidade de trazer a lealdade, propriedade, valor, retidão e a simplicidade aos valores nacionalistas japoneses – ideais que haviam sido importados dos militares (TAKAHASHI, VARDAMAN, 2008). Sendo assim, o imperador procurava promover a extensão da educação para a sociedade como um todo, alegando que a educação deveria servir à toda nação, não somente ao indivíduo.

A classe dos *bushi* desaparecia e a lei do serviço militar (1872) para a defesa nacional ganhava força e adeptos. Neste processo de modernização, a classe que obteve maiores perdas foi a elite samurai (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Acerca do desfecho dos *bushi*, torna-se importante ressaltar que Nitobe Inazo difundiu os princípios dos samurais no Ocidente, através do *Bushido*. Nitobe estudou na Alemanha e nos EUA de 1884 a 1891 e era constantemente questionado sobre a educação moral japonesa. Passou a explicar, então, que havia um campo de conhecimentos éticos que havia sido transmitido pela classe guerreira durante o período Tokugawa (Edo). A este campo, dava-se o nome de *Bushido* ou *Caminho do Guerreiro*, baseado em valores como: justiça, coragem, benevolência, gentileza, veracidade, honra e lealdade, os quais não desapareceram com a Restauração Meiji. Além disso, o livro de Nitobe “*Bushido: the soul of Japan*” pode difundir este código moral no Ocidente e ser um instrumento para que os japoneses pudessem compreender a si mesmo (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008).

Na organização social, a discriminação havia sido abolida, considerando que todos seriam iguais perante a lei. Ou seja, todos se enquadravam como

súditos do imperador (YAMASHIRO, 1964). Também foi criada nova unidade monetária, o iene (yen), que facilitou transações e comércio exterior.

Houve, ainda, um processo de ocidentalização, impactando diretamente costumes nacionais. Por exemplo, desapareceu o hábito de carregar uma *katana* (espada) na cintura, o corte de cabelo seguiu tendências do Ocidente, assim como as vestimentas. Até mesmo a alimentação sofreu modificações, como a inserção da carne de vaca, até então desconhecida e posteriormente muito apreciada (YAMASHIRO, 1964).

Tamanhas inovações provocaram descontentamentos em algumas camadas sociais, que acarretaram em levantes. Dentre eles, o de maior destaque foi a *Rebelião de Seinan*, com a participação de Takamori Saigo, um dos líderes do movimento de restauração. A revolta continha caráter reacionário suportado por samurais descontentes com a nova situação do Japão. Contudo, a rebelião foi sufocada e o governo prosseguiu com sua obra de constitucionalização e restauração.

Sobre a política exterior de Meiji, Yamashiro (1964, p. 157) aponta:

Em uma palavra, o Japão entrava em águas agitadas do oceano da política internacional. Fazia parte deste universo eternamente agitado e em luta. Não mais o sono tranquilo e inconsciente do shogunato Tokugawa. Era chegado o momento de despertar, trabalhar e progredir. Caso contrário, teria de perecer, transformando-se em simples colônia ocidental [...].

O Japão tinha interesse em estreitar relações com a China e com a Coreia, estabelecendo tratados. No entanto, surgiram duas correntes japonesas divergentes quanto a isso. A primeira defendia o foco nos processos internos do país, ao passo que a segunda se posicionava a favor da intervenção (YAMASHIRO, 1964).

Em 1871, estabeleceu-se um tratado de amizade e comércio com a China, e em 1876, com a Coreia. Também o arquipélago nipônico propôs a revisão dos tratados com o Ocidente, uma vez que estes não eram tão vantajosos ao Japão (YAMASHIRO, 1964). O Japão desejava abolir o direito de extraterritorialidade concedida às potências estrangeiras, conseguindo a primeira revisão do tratado com a Inglaterra em 1894. No entanto, a igualdade entre os países limitava-se ao

terreno jurídico. De fato, a igualdade econômica só se tornou presente a partir de 1911 (YAMASHIRO, 1964).

Com tal abertura ao estrangeiro, surgiram também conflitos, por exemplo, a Guerra Nipo-Chinesa (YAMASHIRO, 1964) ou Guerra Sino-Japonesa (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Em 1882, iniciou-se um tumulto popular em Seul, Coreia. Em 1884, outro incidente ocorreu envolvendo russos, chineses e japoneses, levando o Japão e a China a elaborarem o Tratado Tien-Tsin, sobre a questão coreana.

Em 1894, um novo distúrbio xenofóbico surgiu e os interesses do Japão eram divergentes aos da China, resultando na declaração de guerra. O Japão passou a dominar territórios, levando a China, em 1895, a recuar e requisitar por um tratado de paz, chamado *Tratado de Shimonoseki*. A China se comprometeu a respeitar a independência coreana e entregar territórios ao Japão, como Formosa (Taiwan), Bokoto e a península de Liaotung. Contudo, a Rússia, a França e a Alemanha intervieram diplomaticamente, exigindo a devolução da península de Liaotung, por considerar uma ameaça à paz do Oriente.

O Japão não havia recursos para reagir a tal imposição, logo, cedeu à pressão diplomática (YAMASHIRO, 1964). Porém, continuou possuindo territórios, como Taiwan, que se tornou colônia do Japão entre 1895 e 1945 (TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). Importante ressaltar que o Japão foi o primeiro país não-ocidental a apresentar poder colonial e ações imperialistas.

Em 1902, foi consolidada a aliança anglonipônica, que consistiu num pacto de defesa mútua. Em 1904, foi iniciada a Guerra Nipo-Russa, uma vez que a Rússia havia enviado forças à Manchúria devido a um levante xenófobo chinês e não previa retirar-se pacificamente, pois a política expansionista do czar estava em andamento.

Assim, o Japão protestou e procurou estabelecer negociações – sem resultado. O desfecho foi a vitória nipônica (YAMASHIRO, 1964; TAKAHASHI; VARDAMAN, 2008). No entanto, o presidente americano Roosevelt propôs um acordo para a paz mundial, sendo realizada a Conferência da Paz, o que provocou a retirada das forças russas e japonesas da Manchúria (YAMASHIRO, 1964).

Desde a mais remota antiguidade, a lavoura apresentava-se como a principal fonte produtiva do Japão. Durante a Restauração Meiji, a agricultura continuava ocupando um pilar central, porém, já dividia seu prestígio com o desenvolvimento industrial. A inserção de máquinas provocou modificações não somente econômicas, mas também sociais. Observava-se a transformação de lavradores dos campos em operários de máquinas das cidades.

Em 1890, foi implantado o Restrito Imperial sobre a Educação, tratando-se de um guia à formação moral e cívica japonesa. Transmitia fidelidade ao trono, obediência aos pais, compreensão entre amigos, harmonia entre cônjuges e nacionalismo – amor à pátria.

Sendo assim, eram estabelecidas normas de conduta que fossem apropriadas para a existência e desenvolvimento de um estado monárquico centralizado, suportado, sobretudo, pela associação do imperador à figura suprema da nação (YAMASHIRO, 1964). Observou-se, ainda, a introdução de culturas ocidentais, adicionada a renovação do interesse pela história do Japão e sua literatura (YAMASHIRO, 1964). A instrução e os estudos haviam sido difundidos por todas as classes sociais.

Portanto, a Restauração Meiji teve, como principal motivação, a restauração do governo monárquico, acarretando em profundas transformações sociais, políticas e econômicas. O contato com o capitalismo euro-americano deu base a fundação do capitalismo nipônico. Esse movimento revolucionário foi consistente, uma vez que era apoiado por grande parcela da população. As mudanças foram mais agravantes na classe dos *bushi*, na perspectiva política e também social (YAMASHIRO, 1964).

2.11 Taisho a Showa

Quando o imperador Meiji faleceu, em 1912, seu filho Yoshihito assumiu o poder, dando início a uma nova administração denominada Taisho. Enquanto isso, o cenário mundial era marcado pela rivalidade entre os impérios.

Em julho de 1914, o príncipe herdeiro austríaco foi assassinado por um estudante sérvio, servindo como estopim da Primeira Guerra Mundial. A Áustria

declarou guerra contra a Sérvia, enquanto a Alemanha contra a Rússia. Inglaterra e França logo se posicionaram contra o Império Kaiser. Assim, a Europa havia se dividido entre os impérios centrais e os aliados, que contaram com o respaldo dos EUA, Itália, República Chinesa, Brasil, Portugal e Japão – por conta da aliança anglonipônica estabelecida durante a Restauração Meiji (YAMASHIRO, 1964).

A Primeira Guerra Mundial durou mais de quatro anos, chegando ao seu fim em 1918 com a vitória dos aliados. Em 1919, foi realizada a Conferência da Paz, dando origem ao Tratado de Versalhes. Muitas transformações ocorreram no mundo em função da guerra: a Rússia havia se tornado comunista e deposto o Kaiser, a Alemanha proclamou sua república, a Itália tornou-se fascista, o império austro-húngaro havia se dissolvido e, no Extremo Oriente, as potências apresentavam atrito entre seus interesses, principalmente entre China e Japão (YAMASHIRO, 1964).

Com o falecimento do imperador de Taisho, o príncipe Hirohito assumiu o poder, dando início a era Showa, que significa *a paz luminosa*. Contudo, o Japão passava por profundas transformações, influenciadas pelas forças reacionárias e militaristas, as quais haviam conquistado poder sobre economia e política, dominando todos os setores administrativos. Também, como era de se esperar, tais forças eram visionárias expansionistas e extremistas, aniquilando políticos de tendências moderadas (YAMASHIRO, 1964).

O conflito da Manchúria ocorreu em função da influência progressiva do militarismo na política nipônica, provocando a guerra entre Japão e China. Em um dos ataques, a China dirigiu-se à Liga das Nações, requisitando alguma atitude punitiva ao Japão, por ter transgredido a paz do Oriente. No entanto, embora a Liga das Nações repudiasse a atitude invasiva e violenta, o Japão retirou-se do órgão e prosseguiu em seu avanço expansionista (YAMASHIRO, 1964). A situação progrediu até ocorrer, em 1937, o *Incidente da China* marcado por ser uma guerra brutal que se estendeu por quase todo território chinês. Tal contexto perturbava os interesses americanos, ingleses, franceses e de outras potências que possuíam relações com a China, gerando uma tensão internacional no Extremo Oriente (YAMASHIRO, 1964).

Em 1933, Adolf Hitler assumia o poder, transformando a Alemanha numa grande potência industrial e militar e, ao invadir a Polônia em 1939, germinou a guerra com o Reino Unido, França e outros países europeus. A Segunda Guerra Mundial seria disputada entre a Tríplice Aliança (GBR, FRA, EUA e, posteriormente, URSS) contra o Eixo (JPN, GER, ITA – todos totalitários).

Nesse contexto, o pacifismo perdeu completamente o espaço no Japão, em que os liberais e os socialistas haviam sido condenados ao ostracismo, encarcerados ou mortos nas prisões (YAMASHIRO, 1964). Assim, era instaurado um regime controlador e totalitário, utilizando a censura como instrumento para barrar qualquer tipo de liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Também foram suprimidos os partidos políticos.

Apesar da guerra, o governo nipônico ainda mantinha negociações com os EUA, com a finalidade de procurar um consenso a partir dos impasses e atritos surgidos do conflito chinês. Porém, as divergências internas entre o governo e as forças armadas do Japão começaram a surgir, ocasionando na demissão do primeiro ministro Fumimaro Konoye em 1941, quando Hideki Tojo assumiu o cargo. Hideki Tojo era correligionário da política expansionista, logo, as negociações diplomáticas fracassaram. Tais acontecimentos basearam o ataque da aviação japonesa à base naval de Pearl Harbor, declarando guerra aos EUA e à Grã-Bretanha (YAMASHIRO, 1964).

Dando andamento à política expansionista, as forças armadas japonesas invadiram Malaia, Filipinas, Hong Kong, Manila, Singapura, etc. Ou seja, dominavam o sul do pacífico e chegaram até atacar a Austrália. Entretanto, neste impulso, o Japão ficou saturado, o que facilitou a reação anglo-americana e que gerou grandes perdas à marinha nipônica (YAMASHIRO, 1964). Os aliados avançaram pelo Pacífico, conquistando ilhas japonesas como Iwô e Okinawa, além de grandes cidades como Tóquio, Osaka, Nagoya e outras cidades terem sofrido ataques aéreos, em 1944 (YAMASHIRO, 1964).

Em 1945, a Segunda Guerra Mundial terminava com a rendição da Alemanha. Em seguida, foram lançadas as bombas atômicas contra Hiroshima e Nagasaki. O Japão havia sido derrotado pela primeira vez em toda sua história e, além da derrota, forças aliadas, em sua maioria americanas, apropriaram-se do

território nipônico com o intuito de estabelecer a ordem, exterminar correntes militaristas, imperialistas e expansionistas e restaurar a democracia (YAMASHIRO, 1964).

3 O UNIVERSO CULTURAL E SOCIAL DO JAPÃO

A história e a cultura dialogam entre si constantemente. A cultura transforma a história e a história também transforma a cultura. Há alguns aspectos próprios do Japão que necessitam ser pontuados para a compreensão desta sociedade e suas peculiaridades, compondo o cenário da compreensão do samurai e, posteriormente, da formação do judoca.

3.1 A religião japonesa

O pensamento japonês se compara a uma árvore e é intensamente influenciado pelas doutrinas adotadas pelos japoneses. O tronco é xintoísta; os galhos, budistas; e as folhas, confucionistas (DAVIES; IKENO, 1949). O próprio agrupamento dessas doutrinas, sendo que duas delas são importadas, apontam uma característica da sociedade do Japão: *iitoko dori* ou seja, a incorporação, rápida adaptação de elementos originalmente externos à cultura japonesa.

Ratti e Westbrook (1991) exemplificam tal questão quando resgatam a ideia do imperador concebido como uma divindade, tendo sua raiz findada no xintoísmo, logo seguida por uma formação híbrida com o budismo, com seu respectivo desenvolvimento de diversas seitas adaptadas ao e pelo Japão, exercendo forte influência sobre as artes marciais a partir da aplicação de disciplinas baseadas nos princípios intuitivos, sobretudo, do *zen*.

Dessa forma, as religiões, a política, a cultura e o conceito militar se expressavam e reforçavam umas às outras, mantendo uma identidade de interesses (RATTI; WESTBROOK, 1991).

3.1.1 O xintoísmo

O xintoísmo é mais do que meramente a religião nativa do povo japonês, representa um ponto de partida para as construções culturais do país e também de toda organização social japonesa (SUGAI, 2000a). Teve sua origem na pré-história, vestindo-se de um culto vinculado à natureza, chamado *Caminho de Kanagara*. Este caminho representa a intuição ligada às leis naturais e sua harmonia. É, ainda, a raiz da mitologia japonesa.

A relevância do shintoísmo e da mitologia se revelam quando se reflete sobre o significado do imperador, que durante séculos assumiu representatividade divina (SUGAI, 2000a). Segundo Oliveira (2017), a figura do imperador japonês é sustentada por ser concebido como autoridade política e religiosa. Com base no xintoísmo, até a Segunda Guerra Mundial, existia a crença de que o imperador era um descendente legítimo da deusa Amaterasu, ou Deusa Sol, responsável, na mitologia japonesa, pela criação do Japão (OLIVEIRA, 2017).

Quando se estuda sobre a mitologia, observa-se a concepção de mundo por trás das lendas e metáforas. No caso do Japão, nota-se a coexistência dos opostos e não somente a dualidade entre eles. O profano dialoga com o sagrado, a matéria com a energia, o concreto com a fantasia (SUGAI, 2000a). A aceitação dessa coexistência permite uma visão mais equilibrada e sensata, sendo cautelosos com os excessos.

3.1.2 O budismo

O Japão, embora enraizado no xintoísmo, acolheu, entre 552 a 645, uma religião oriunda da Índia: o budismo. Com mentalidade semelhante no sentido de buscar equilíbrio, estabelecia um caminho denominado: *Caminho do Meio*. Conduzia a mente a transcender o sentido da dualidade – essa seria a iluminação (SUGAI, 2000a). Nota-se a integração harmoniosa entre o xintoísmo e o budismo no Japão.

Constata-se a existência de duas correntes: Hinayama e Mahayana, sendo que a última se expandiu ao Nepal, Tibete, China e Japão, originando, posteriormente, a doutrina *zen* (SUGAI, 2000a). Segundo Greiner (2015), o

budismo exerce forte relação com os operadores simbólicos, como, por exemplo, os *kimonos* utilizados pelos monges e sua relação com o corpo e transmissão de sabedoria. Tal simbologia atingiu a vestimenta dos samurais, e hoje exerce influência sobre o *judogi* e o *obi* (faixa) utilizados pelos praticantes de artes marciais.

A doutrina *zen* foi adotada principalmente por samurais, desenvolvendo um método de meditação denominado *zazen*. Além disso, o *zen* foi responsável por inspirar o *dô*, o caminho do autoconhecimento, evidenciado nas Artes Marciais, a Cerimônia do Chá, o Teatro Nô, a Arte da Caligrafia, entre outros (SUGAI, 2000a). Além disso, foi essencial na formação do código samurai denominado *bushido* (DAVIES; IKENO, 1949).

Segundo os autores, o espírito do Zen propõe o fortalecimento mental e físico, necessitando estar desperto e presente no momento. Assim, propõe simplicidade de pensamento e de ação, influenciando o pragmático comportamento do guerreiro (RATTI; WESTBROOK, 1991).

3.1.3 O confucionismo

Confúcio ou Kong Fu Tsé formulou uma filosofia de natureza não-religiosa, desenvolvendo um sistema moral que se iniciasse no âmbito familiar e atingisse comunidade, nação e mundo (SUGAI, 2000a). Promovia força moral e política para sustentar um refinamento social, com base na bondade, no respeito e na cordialidade.

3.1.4 O tao

Tao é representado pelo mesmo *kanji* que *dô*, com o significado de caminho. Trata-se de uma doutrina chinesa que concebe a realidade a partir de um fluxo contínuo e cíclico, reconhecendo-a como um processo dinâmico de mudança incessante (SUGAI, 2000a). Aborda a ideia do *Yin-Yang*, aceitando o equilíbrio entre estas polaridades interdependentes e não o conflito entre elas. Assim, trata-se de uma orientação mística, baseada na observação da natureza.

Segundo Greiner (2015), o *tao* se traduz como um processo espontâneo que modula a vida de forma a buscar sua unidade. Deve ser apreendido numa perspectiva multifatorial, compreendendo a mudança e a transformação de todos os seres. Associa, ainda, que a imagem do ser humano corresponde à imagem de onde ele vive, do seu país. Assim, o *tao* não apresenta oposição entre homem e natureza, ou entre natureza e cultura, promovendo uma associação que se estende até a política. Portanto, a natureza compõe perspectivas da cultura japonesa, sendo utilizada até mesmo como um argumento de patriotismo e nacionalismo.

3.2 Conceito de Holismo e o corpo

Segundo Sugai (2000a), os orientais apresentam uma abordagem mais sintética, intuitiva e sutil, apoiando-se em uma visão integrativa e cooperativa que se estende aos seus conhecimentos.

Greiner (2015) entende que o conceito de holismo se opõe ao dualismo cartesiano, tendo suas noções primordiais baseadas na impermanência e na aliança entre cultura e natureza. Aborda a percepção de que o todo é mais do que a soma das partes, não se tratando de uma relação causal entre estados corporais e fatores externos. A autora contextualiza o corpo em diferentes estados que dialogam com as mais variadas representações corporais, estabelecendo um direcionamento entre corpo e espaço.

Tais reflexões se aplicam à esfera do treinamento, firmando as relações entre mente, matéria, alma e corpo. Assim, o treino corresponde a um aprimoramento de consciência de conexões – processos que não podem ser apartados. Portanto, há a correspondência entre um universo físico, uma ordem social e um microcosmo do corpo que promove uma singularidade complexa.

3.3 *Giri*

O *Giri* se refere a padrões de comportamento desenvolvidos entre os japoneses, relacionados à tradição através os deveres e obrigações sociais. A

origem deste aspecto cultural data desde que o arroz foi introduzido na agricultura japonesa, quando a comunidade dividia seus trabalhos entre si, necessitando de cooperação e harmonia (DAVIES; IKENO, 1949). Assim, o *giri* tornou-se uma regra social na Era Edo e, atualmente, continua compondo os costumes do Japão.

3.4 Alto contexto cultural

Diferentemente de grande parte do Ocidente, o Japão é uma sociedade que, para compreendê-la e interpretar as relações existentes, é necessário um alto contexto cultural (DAVIES; IKENO, 1949). Ou seja, o indivíduo deve estar bem inserido no meio e nas diferentes formas de se expressar no Japão, uma vez que os japoneses tendem a não realizar muitas perguntas e valorizam o silêncio (ou *chinmoku*) como um método de comunicação social (pode ser descrito como *ma*, sendo valorizado até mesmo nas artes e nas músicas, pois traz a ideia de vazio).

Há valores embutidos nessa perspectiva, como: *inshin denshin*, correspondendo à compreensão do outro através da intuição, descrita como uma *comunicação telepática* (DAVIES; IKENO, 1949, p.105) e também o *haragei*, sendo uma interpretação mais sofisticada que requer esforço para ler entrelinhas, sentir a atmosfera e o real significado do que é dito (ou não dito) (DAVIES; IKENO, 1949).

3.5 Conceito de beleza japonesa, *wabi-sabi*

O conceito de beleza estabelecido pelo Japão está sempre alinhado e relacionado com a natureza, refletindo diretamente nas mais variadas formas de artes. Este conceito dialoga diretamente com o confucionismo e com o budismo, uma vez que ressalta a coexistência com a natureza, valorização do vazio (*ma*) e a simplicidade (DAVIES; IKENO, 1949).

Wabi significa que mesmo um item abandonado ou desolado contém sua beleza inerente, conduzindo a um conceito em que a austeridade da vida é

concebida como elegante. Já *sabi* significa a beleza do silêncio e do passar do tempo. Assim, a assimetria e a imperfeição são reconhecidas como condições que permeiam toda a natureza e a vida (DAVIES; IKENO, 1949).

3.6 Ganbari

O significado do *ganbari* consiste, basicamente, em três aspectos: 1) trabalhar duro e com paciência; 2) insistir e persistir num caminho; 3) ocupar um lugar e nunca o deixar (DAVIES; IKENO, 1949). Segundo Ratti e Westbrook (1991) o *ganbari* persiste por uma tradição positiva que prega **suportar o insuportável** apresentando coragem para enfrentar e perseverança para aguentar.

As principais causas para existência do valor *ganbari*, segundo Davies e Ikeno (1949) estão relacionadas ao crescimento do arroz dependendo da perseverança e cooperação do grupo para além das condições geográficas do Japão (desastres naturais, relevo, poucos locais habitáveis).

Além disso, desde a Restauração Meiji, a sociedade japonesa oferece oportunidades iguais independente de status social, proporcionando maior embasamento e aplicabilidade a este valor, presente até os dias atuais no território nipônico.

3.7 Kenkyo como modéstia e humildade

O valor *kenkyo* teve sua origem na ideia de *shudan ishiki*, uma vez que ser diferente do grupo não é bem visto, tampouco aceito (DAVIES; IKENO, 1949). Logo, um indivíduo que procura se exaltar diante de um grupo ou comunidade será desprezado ou criticado. Sendo assim, *kenkyo* corresponde à modéstia e à humildade essenciais para se manter a harmonia social.

4 JIGORO KANO E O JUDÔ

4.1 O bujutsu (e o jujutsu)

O *bujutsu* pode ser considerado o ponto de partida para o desenvolvimento de todas as artes marciais (SUGAI, 2000a).

Segundo Ratti e Westbrook (1991), *bu* está diretamente ligado ao governo militar, consolidando seu significado principalmente durante o Shogunato Tokugawa, enquanto *jutsu* pode ser traduzido como método, técnica ou arte. Tratava-se da arte militar de ataque e defesa, com ou sem armamento, contra oponentes com porte ou ausência de armas, sendo praticado pelos “*bushi*” ou samurais. Segundo Sugai (2000a), consistia num método que auxilia a mente a controlar o corpo ao mesmo tempo em que ao controlar o corpo, se obtém o controle da mente.

A origem do *jujutsu* é sustentada por três teorias distintas entre si. A primeira alega que no século XVII, um chinês chamado Chen Yuan Ping veio ao Japão e introduziu as técnicas do *jujutsu* a três *ronin*, caracterizados por serem samurais sem senhores (*daimyos*), os quais se inspiraram em suas técnicas e aperfeiçoaram seus estilos. A segunda teoria é baseada na ida de Akiyama Shirobei à China, onde aprendeu *hakuda* e, ao retornar ao Japão, desenvolveu o *jujutsu*. A terceira e com melhor sustentação e coerência é de que o *jujutsu* havia sido uma criação puramente japonesa desenvolvida pelos samurais (KANO, 2005).

As primeiras citações do *jujutsu* aparecem por volta de 720 a.C., com referência aos torneios de Shikara Kurabe, que tinham o objetivo de celebrar o imperador Suinin (SUGAI, 2000a). A descrição encontra-se no Compilado do Comando Imperial Japonês. *Nihonshoki* e *Yukisenjo Monogatari*, traduzidos como crônicas do Japão, conferem autenticidade ao marco histórico do *jujutsu* (ibid).

Com o desenvolvimento da arte guerreira no período feudal e o conseqüente ganho de espaço e força pela classe dos samurais, o *jujutsu* conquistou relevância, compondo o treinamento dos *bushi*, principalmente durante

os períodos Kamakura (1185 a 1336), Muromachi (1336 a 1573) e Tokugawa (1603 a 1868)(SUGAI, 2000a).

O *jujutsu* apresentava alguns propósitos, entre eles, a prática de um método de combate. No entanto, há diferentes percepções sobre o conceito de combate, bem como em que ponto ele se finaliza. Além disso, relacionava-se à educação física e ao treinamento mental (KANO, 2005).

Segundo Sugai (2000a), os segredos das técnicas eram transmitidos somente aos guerreiros dignos e confiáveis que fossem bem estruturados nos princípios doutrinários da arte da guerra. O termo *bujutsu* retrata o ensinamento profundo da arte de proteção do povo e da nação, um dos ideais confucionistas (SUGAI, 2000a). Assim, o *bujutsu* compila fatores como o autocontrole, a força, além das estratégias e motivações necessárias nos combates (RATTI; WESTBROOK, 1991).

O florescimento do *jujutsu* ocorreu durante o Shogunato Tokugawa como consequência dos seguintes fatores: enfraquecimento de muitos clãs empobrecidos, abundância de guerreiros sem senhor (*ronin*) e desenvolvimento de muitos centros comerciais que necessitavam de proteção (NUNES, 2011). Além disso, segundo Ratti e Westbrook (1991), a isolamento absoluta resultante do período de seclusão auxiliou na geração de condições ideais que favoreceram a organização de escolas de *jujutsu* independentes.

4.2 Entrelaçamento da biografia de Jigoro Kano com a história do judô

Não há fim na aprendizagem do Judô
(Yoshiaki Yamashita, s.d.)

Em 28 de outubro de 1860, nascia o idealizador e criador do **judô**: Jigoro Kano. Recebeu, a princípio, o nome de Shinnosuke Kano, nascido na província de Kobe (KANO, 2005). Segundo Sugai (2000a), Kano era o terceiro filho de sua família, e havia perdido a mãe aos 10 anos. Sua mãe, Sadako (NUNES, 2011) lhe deixou um legado: grande amor e devoção pela educação. Aos 11 anos, mudou-se para Tóquio com a finalidade de obter recursos para dedicar-se aos estudos. Em 1878, ingressou na Universidade Imperial de Tóquio como estudante de Letras, e veio a se graduar em Literatura, Ciência Política e Economia (NUNES,

2011). A princípio, pensava em seguir carreira política por seu pai ter lhe educado para atender a pátria e trabalhar para o bem da coletividade (SUGAI, 2000a). Segundo Nunes (2011), seu pai, Jirosaku Mareshiba Kano era um alto funcionário do governo e se caracterizava por possuir forte senso de responsabilidade social.

Kano, caracterizado por ser fisicamente desprovido, era contraposto por sua perseverança e resiliência, passou a se dedicar ao estudo do *jujutsu*. Contudo, quanto mais se aprofundava, mais dúvidas surgiam. Estas muitas vezes não eram solucionadas ou claramente respondidas por seus mestres. Foi necessário que Jigoro Kano se empenhasse ainda mais nos treinos para adquirir mais habilidades do *jujutsu* e em horas de estudo sobre o tema. Assim, encontrou respostas para suas perguntas, expandindo-lhe o seu horizonte e suas perspectivas.

Segundo Sugai (2000a), em 1881, Kano encontrou sua verdadeira vocação: a educação. Com a constante construção de conhecimento, pode criar dois princípios que sustentam a base do judô, da vida em sociedade e das mais diversas esferas de aplicação: *seiryoku zenyo* (princípio da máxima eficiência) e *jita kyoei* (princípio de prosperidade mútua).

Ambos compõem um espectro que transcende a própria criação de Jigoro Kano: são caracterizados por sua universalidade um ideal de existência humana (KANO, 2005). Ou seja, os princípios aprendidos com a práticas deveriam ser aplicados à vida diária dos judocas, implicando em benefícios não somente ao indivíduo, mas também para a sociedade (FRANCHINI, 2008). Em outras palavras, tais princípios deveriam ser extensivos, ir além do ambiente de prática e treino denominado *dojô*, mas atingir indivíduo e nação (BROUSSE; MATSUMOTO 1999).

Dessa forma, Kano aperfeiçoou o *jujutsu* para torná-lo um instrumento que agisse em benefício da sociedade e de seu país, um verdadeiro tesouro nacional (SUGAI, 2000a).

Jigoro Kano acreditava que, com avanços e transformações, o *jujutsu* poderia evoluir a ponto de tornar-se um método compreensível e coerente de educação física, educação moral e treinamento intelectual (KANO, 2005). O termo

judô era um termo raramente conhecido antes mesmo da Era Meiji, porém, denominava estilos e escolas do próprio *jujutsu* (ibid).

O judô, segundo Franchini (2008), havia sido formulado com base em técnicas de diversas artes marciais, principalmente de alguns estilos de *jujutsu*, como os estilos Tenshin-Shinyo-Ryu e Kito-Ryu, que eram praticados por samurais durante suas batalhas.

Segundo Franchini (2008, p. 30), Jigoro Kano apresentava o judô principalmente para as seguintes finalidades:

- a) desenvolver o próprio corpo de maneira saudável e harmoniosa, refinar os conhecimentos e a moral, de modo que se tornem parte efetiva da sociedade; b) respeitar a unidade nacional, sua história, e serem diligentes para contribuir no que for necessário para a prosperidade do país; c) auxiliar indivíduos e grupos por meio de compromissos mútuos; d) remover de si mesmo o preconceito racial, elevar a cultura e buscar a prosperidade da humanidade de modo a contribuir com algo valioso para o mundo.

Em 1882, aos 22 anos, Jigoro Kano fundava o Judô Kodokan no templo Eishoji, em Tóquio, antiga Edo (KANO, 2005). Segundo Sugai (2000a), *ko* significa fraternidade, *do*, caminho, moral ou princípio, e *kan*, instituto. Havia sido baseado no estudo de diversas escolas do *jujutsu* e até de outras lutas, como a greco-romana, além do embasamento científico coerente com os princípios educacionais.

O judô seria utilizado como um instrumento de treinamento mental e físico na Era Meiji, trazendo, ainda, aspectos inovadores e modernos associados ao tradicional e à identidade japonesa (KANO, 2005).

O *ju* existente tanto no judô quanto no *jujutsu* propõe suavidade, flexibilidade. Segundo Sugai (2000a), esse prefixo propõe uma maneira simples e sábia de se viver, que incorpora filosofias como o *zen*, o *shinto* e até mesmo o confucionismo (denominado *ju-dii* na China e composto pelo mesmo radical/*kanji*).

Contudo, o judô considera o caminho (*do*) mais importante e essencial do que a habilidade (*jutsu*) por esta ser incidental. Dessa forma, previa que o judô se fizesse de meio para que aqueles que o conhecem e o praticam pudessem embarcar no caminho, no sentido de se obter desenvolvimento moral e auto-aperfeiçoamento (BROUSSE; MATSUMOTO 1999). Segundo Sugai (2000a),

tratava-se de uma proposta sincera a contribuir na formação integral de indivíduos, a fim de torná-los mais humanos.

Em 1883, Kano inaugurou uma nova academia para suprir o aumento do número de alunos. Os discípulos passaram a morar junto, com a finalidade de intensificar os treinos e os estudos (SUGAI, 2000a). Havia uma missão: enfrentar o *jujutsu*.

Este confronto trouxe prestígio ao judô, disseminando-o (SUGAI, 2000a). Com a popularização do Judô Kodokan, o termo *jujutsu* passou a entrar em desuso (KANO, 2005). A ausência de princípios educacionais do *jujutsu* foi um impasse, pois apresentava um método sem coesão e perigoso (ibid), principalmente, por não atender às novas demandas de um período de busca por informações e modernização, como ocorreu na Restauração Meiji (YAMASHIRO, 1964).

Segundo Franchini e DelVecchio (2007), durante a Era Meiji, havia a percepção de que tudo que compunha o universo do tradicional era desvalorizado como obsoleto, inclusive as artes marciais. Havia a necessidade de reformulação nas artes marciais. “A tradição só se mantém quando se renova” (RUBIO, 2017)¹.

Ratti e Westbrook (1991) ressaltam que a tradição é construída e não constituída, se modificando à medida que o individual e o coletivo se desenvolvem, adaptando-se às novas circunstâncias ditadas pelo tempo, lugar e cultura.

Segundo Franchini (2008), os próprios professores de *jujutsu* favoreciam a mitificação, tornando a prática misteriosa, o que dificultava o aprendizado. Além disso, não havia teoria ou compreensão do processo de ensino, nem mesmo a busca por compreender o princípio por trás das técnicas (FRANCHINI, 2008). Trata-se de uma abordagem muito diferente do Judô Kodokan, que se reformulou e se renovou como um estudo e uma prática com a finalidade de otimizar tempo e energia – física e/ou mental. Foram estabelecidas regras e métodos que tornaram a aprendizagem mais racional e simplificada (ibid).

1 Informação fornecida por Katia Rubio durante o VII Seminário de Estudos Olímpicos: Legado e Desafios dos Jogos Olímpicos. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

Jigoro Kano havia desenvolvido, assim, um método que ia além da imitação ou da reprodução de técnicas e ações; um método que justificava e respondia seus questionamentos enquanto era praticante de *jujutsu* (KANO, 2005).

Com o judô, a tendência de idealização dos *bushi*, bem como seu código de conduta denominado *bushido* retornou à sociedade japonesa (FRANCHINI; DEL VECCHIO, 2007). A busca de Jigoro Kano pelo princípio que norteava as técnicas concedendo-lhes eficiência e eficácia passou a ser transferido também ao cotidiano (*ibid*), sendo reconhecido posteriormente pela educação, política, polícia e marinha (BRASIL, s.d). A vitória não mais ocupava o posto de objetivo principal, mas a educação global do indivíduo (FRANCHINI, 2008).

Dessa forma, o judô deveria abordar três pilares principais: ser um método de luta, algo previsto por ser uma arte marcial; ser um método de treinamento, por representar e compor a educação física; ser um método de treinamento mental, o que deveria englobar tanto o aperfeiçoamento do intelecto quanto o desenvolvimento da moral (KANO, 2005).

Portanto, o judô se estabeleceria como um princípio básico de comportamento humano, sendo aplicado à interação social, às artes marciais, à educação física, ao treinamento mental e intelectual, à gestão, à educação moral e, por conseguinte, à vida (*ibid*).

Segundo o autor, ao considerar o judô como uma arte marcial, há necessidade de incorporá-lo como elemento da cultura japonesa, considerando as técnicas, o espírito e sua significação.

In the future, the citizens of the nations of the world will naturally be drawn together, and cultures will gradually blend. At that time, if we have learned a great deal from other countries but have nothing to teach them, not only we must feel ashamed but it will also be difficult to avoid being looked down upon. So, what shall we teach them? We have judo. (*ibid*, p. 149).

O judô, sob a perspectiva da educação física, teria como pilar central o princípio do *seiryoku zenyo*, considerando que a busca da máxima eficiência deveria ser a base de toda instrução. Para Jigoro Kano, considerado até hoje o pai da educação física no Japão, ela tinha como objetivo o desenvolvimento de

um corpo forte e saudável em que o treinamento deveria estar alinhado à funcionalidade dentro da sociedade e, concomitantemente, sincronizado com o treinamento mental, buscava o equilíbrio (ibid).

Sua visão sobre esportes considerava, acima do caráter competitivo, um treinamento que fosse funcional e auxiliasse o corpo do atleta a tornar-se mais equilibrado. Tudo baseava-se na moderação: não ser excessivamente diligente em situações de exaustão, e nem dedicar-se aleatoriamente ou sem comprometimento (KANO, 2005).

Segundo o autor, a prosperidade de uma nação dependeria da vitalidade de sua população, energia a ser estimulada através do treinamento físico e mental. Treinar judô, para ele, seria embarcar no caminho (*do*) com verdadeiro comprometimento. O treinamento intelectual associava dois fatores interdependentes: a aquisição do conhecimento e o cultivo do poder mental. Já acerca da educação moral, ressaltava a importância de se desenvolver inteligência para que fosse possível distinguir o certo do errado. Porém, havia outro aspecto de suma relevância: considerar o aspecto emocional. O objetivo seria, também, treinar a motivação e a vontade para buscar sempre optar pelo correto, tornando esta escolha um hábito.

Even if you intend to be good, if you have not developed the habit of doing so, your best intentions will be easily corrupted” (ibid, p. 69).

A potencialização do intelecto deveria consistir em seis hábitos: a observação, memória, experimentação, imaginação, linguagem e *broad-mindedness* – estar aberto a novas ideias. Kano (2005) acreditava que quando não há abertura para novos conceitos e novas perspectivas, os indivíduos tornam-se excessivamente confiantes e obsessivos naquilo que tem como crenças próprias. Essa flexibilidade e respeito à diversidade rompiam nitidamente com o Período Edo e dialogavam com a Restauração Meiji, sendo essenciais para o progresso.

Nessa perspectiva do judô como instrumento de transição entre dois períodos da história japonesa tão distintos e marcantes, Kano (2005) levanta pontos acerca da *arte do controle e suas aplicações*. Trata-se da permissão de combates compatíveis, mesmo com níveis diferentes. Essa ideia se aplica não

somente a um judoca mais graduado em relação a um menos graduado, mas também à diferença de pesos entre os combatentes.

O conceito e os princípios do judô foram elaborados para serem universais, assim, a compatibilidade se aplicaria também ao governo e aos cidadãos, aos professores e estudantes, pais e filhos (ibid). Ou seja, é permitir relações harmoniosas, independente da hierarquia (que existe e é valorizada nas artes marciais e na cultura japonesa como respeito), sem abuso de poder, considerando que ambos os lados possam aprender e ensinar uns aos outros.

Um dos aspectos culturais responsáveis pela organização social japonesa é chamado de *shudan ishiki* (DAVIES; IKENO, 1949). Este termo ressalta a importância de saber conviver em grupo, que implica na criação de um código de comportamento social que possibilite a solidariedade, sobrepondo os interesses do grupo em relação ao indivíduo.

Assim, a prioridade do indivíduo deve ser a harmonia da sociedade e das pessoas que o circundam (ibid). Jigoro Kano aplicou o princípio da máxima eficiência a esta consciência japonesa, destacando a necessidade de se evitar conflito e procurar preservar a harmonia na sociedade. Neste ponto, a harmonia, não se limita somente a uma situação passiva, mas sim sobre ajudar ao próximo - isto é o *jita kyohei*, que considera a busca pela prosperidade mútua, através de concessões e assistências.

Portanto, estes dois princípios-base do Judô, se aplicados na vida social, possibilitam progresso e desenvolvimento contínuos na sociedade e nos grupos (KANO, 2005). O espírito de prosperidade mútua deveria ser estimulado e cultivado entre as nações, sustentando os ideais de paz mundial e bem-estar da humanidade (ibid).

O autor alegava que o sucesso dependia dos meios. Logo, o judô seria o estudo dos meios. Por exemplo, considerava que tornar-se forte ou vencer competições seriam apenas os meios, os processos, para se atingir um propósito. Para compreensão dessa questão, é preciso determinar o que era considerado *sucesso* por Jigoro Kano.

O criador do Judô julgava que as conquistas sociais, como fama e acúmulo de riqueza, em nada contribuem para a sociedade. Valorizava o bem-estar social

e, sobretudo, a aplicação dos seus princípios. Saber defender-se contra o ataque, cultivar e desenvolver a mente e o corpo, além de otimizar a energia os indivíduos e dos grupos: essa era sua noção de sucesso (KANO, 2005).

Aos 26 anos, Kano tornou-se diretor do treinamento de professores da Universidade de Tóquio, que atualmente migrou para a Universidade de Tsukuba. Em 1911, o judô havia sido introduzido no currículo japonês das escolas. Jigoro Kano esforçava-se para difundir e popularizar a prática e os ideais do judô no Japão e no mundo, e devotou sua vida por esta filosofia. O Japão havia aprendido diversos valores e recursos oriundos de outras nações e deveria ensinar algo ao mundo. Este algo a ser ensinado seria o judô, que poderia, de fato, agregar à cultura mundial (KANO, 2005). Segundo o autor, neste processo, Kano tornou-se o primeiro asiático a compor o Comitê Olímpico Internacional (COI), atingindo sua meta de apresentar ao mundo os cidadãos japoneses e a beleza do Japão para o resto do mundo.

Em 1889, surgiu a necessidade de divulgar o judô em outros países, principalmente ocidentais (FRANCHINI, 2008). Assim, passou a realizar palestras e demonstrações técnicas na Europa e nos EUA. Também, de 1902 a 1905, dirigiu-se para a China para fazer o mesmo processo de difusão. No entanto, não recebeu grande prestígio, receptividade ou apoio (ibid).

Na primeira década do século XX, inúmeros discípulos se deslocaram pelo mundo sob o pretexto de difundir a luta nos mais variados continentes. Os melhores resultados obtidos ocorreram nos EUA, entre 1912 e 1913, onde Yamashita e Fudeko lecionavam judô desde 1902 (ibid).

Inicialmente, o judô foi rapidamente aceito na polícia e nas forças armadas. Porém, foi no meio acadêmico que sua disseminação foi mais marcante. Rabindranath Tagore (ganhou prêmio Nobel de Literatura em 1913) e Frédéric Joliot-Curie (Nobel de Química 1935) foram praticantes do judô, em consequência aos princípios educacionais propagados pelo *Caminho Suave* (ibid).

Sua difusão aumentou suas proporções, segundo o autor após a Guerra Russo-Japonesa, pela incorporação da arte marcial através do exército, além de permitir sua prática pelas mulheres. O aspecto educacional do Judô pode obter um significado universal, o que possibilitou a inclusão do judô na intersecção

entre culturas (FRANCHINI, 2001). Dessa forma, diversas culturas se adaptaram ao judô, assim como o judô também foi modificado por elas.

Jigoro Kano dedicou sua vida à educação. Alegava que nada no mundo é tão grandioso e valioso quanto a educação, uma vez que é passada de geração para geração, promovendo o aperfeiçoamento individual e coletivo. Utilizou o judô como um instrumento no processo de transição entre o Período Edo e a Era Meiji, resgatando os costumes e as tradições japonesas simultaneamente com o nascimento de uma nação moderna, que buscava igualdade e trazia em si novos elementos ocidentais (KANO, 2005).

Tratava-se de um processo de clareza cultural, uma trajetória de reconhecer raízes e amplificar horizontes. Segundo Sugai (2000a), a razão de ser do judô era despertar o potencial educativo do indivíduo, com o intuito de refazer a leitura do mundo, ou seja, abrir-se para as diferentes formas de apreender o mundo. Esse processo de transcendência promove o privilégio da lucidez e da consciência de perceber-se parte de um todo, desenvolver uma inteligência universal (ibid).

A ideia inovadora oferecida pelo Judô foi uma das bases para a sistematização massiva educacional japonesa, além de contribuir para a relação do judô e o budô moderno com o esporte mundial e globalizado através do movimento olímpico (SANCHEZ-GARCIA, 2016).

O criador do judô veio a falecer no dia 4 de maio de 1937, às 5h33min, quando estava a bordo do navio Hikawa Maru, retornando de uma reunião do COI realizada no Cairo (SUGAI, 2000).

Em 1938, o governo japonês, ciente da possibilidade da Segunda Guerra Mundial, encorajou a prática de lutas para fomentar o espírito guerreiro, o ideal plantado há séculos pelos samurais (FRANCHINI, 2008). No entanto, com o término da guerra, todas as atividades de caráter marcial foram proibidas.

Felizmente, professores da Kodokan foram autorizados a ensinar as tropas norte-americanas. Este contato possibilitou o entendimento dos princípios e propósitos elaborados por Jigoro Kano, sendo liberada a prática do Judô novamente (FRANCHINI, 2008).

Em 1948, é fundada a instituição All Japan Judo Federation, auxiliando a modalidade a difundir-se pelo mundo. Em 1951, é criada a International Judo Federation (IJF), possibilitando a realização do primeiro campeonato mundial em 1956. Esses avanços foram marcados por influência crescente da globalização e esportivização de uma arte marcial, acarretando em transformações no âmbito do conhecimento técnico, na relação entre aluno e professor, nas formas de ensino e aprendizagem e, até mesmo, nos objetivos (FRANCHINI, 2008).

Em 1964, nas Olimpíadas de Tóquio, o judô é inserido como modalidade de demonstração. Por fim, em Munique 1972, há a efetivação do judô como modalidade olímpica (FRANCHINI, 2008).

Em 2005, a Federação Internacional de Judô apresentava 187 países membros dos cinco continentes. O primeiro *dojo* Kodokan de 1882 apresentava apenas 12 tatames, ao passo que, atualmente, a Kodokan apresenta diversos *dojo*, sendo 420 tatames no salão principal (KANO, 2005).

Além disso, no prédio da Kodokan há um centro de pesquisa, biblioteca, museu do judô e alojamentos que recebem diariamente judocas de todas as partes do mundo. Dessa maneira, o judô progrediu de uma arte marcial para um princípio que é aplicável a todos os espectros da vida.

Segundo Sugai (2000a), o judô abordava a necessidade de integrar o conhecimento humano através do desenvolvimento do intelecto, dos bons costumes (justiça, imparcialidade, deveres dos cidadãos em relação à sua comunidade), da ética e princípios ideais da conduta humana, além do estudo do movimento humano. Ou seja, formava-se, assim, uma cultura física.

4.3 O Judô feminino

A separação deste tema num subcapítulo é necessária por, muitas vezes, ser uma pauta esquecida ou negligenciada. Durante toda descrição histórica do Japão, poucas vezes foram citados nomes de mulheres, minimizando os primeiros e intensos aspectos matriarcais existentes no Japão (RATTI; WESTBROOK, 1991).

Contudo, os mitos e as descobertas arqueológicas apontam o papel fundamental que as mulheres ocupavam no clã ou na vida tribal, não somente no Japão, mas em diversos outros lugares da Ásia e Europa. A começar pela ênfase dada à supremacia de Amaterasu, a deusa do sol narrada pela mitologia japonesa baseada no xintoísmo.

As primeiras crônicas da história do Japão são preenchidas de relatos sobre as rainhas guerreiras que governavam suas tropas em Yamato. Da mesma forma, surgiram mulheres que compunham a classe social *buke*, caracterizadas por suas proeminências políticas e militares (RATTI; WESTBROOK, 1991). Podemos citar *Lady Masa* ou Masako, a esposa do primeiro *shogun* de Kamakura, Minamoto Yoritomo. Ela dispunha de grande poder e influência, sendo descrita como astuta, heroica e habilidosa. Também há o nome de Tomoe Gozen, que fez sua história nas últimas décadas de 1800, prestando serviço como samurai, caracterizada por sua força, imensa habilidade nas artes marciais e coragem (RATTI; WESTBROOK, 1991).

Assim, é de suma importância reservar este espaço, numa tentativa de reflexão e até mesmo empoderamento feminino. Jigoro Kano, segundo Sugai (2000), aceitou ter uma aluna mulher, chamada de Sueko Ashiya. Essa atitude de Kano não foi bem recebida pela sociedade japonesa da época. Por essa razão, os treinos eram reservados entre Jigoro Kano, sua mulher e amigas.

As críticas baseavam-se na limitação física da mulher. Dizia-se que a prática poderia trazer danos a sua saúde. Jigoro Kano passou a estudar e pesquisar sobre o tema para conferir sua veracidade e constatou, através do respaldo de um caso clínico que ele mesmo elaborou, que as mulheres se beneficiavam da prática do judô. Para este caso, elaborou um programa de treinamento para uma mulher chamada Kino Yasuda, a qual apresentava saúde precária e financeiramente desprovida. O resultado foi uma grande melhora a sua condição física, conferindo credibilidade e confiança no seu ensino (SUGAI, 2000a). Dessa forma, os arquétipos sociais tradicionais e machistas do Japão eram confrontados pela proposta integrativa de Jigoro Kano sem discriminar ou segregar idade, gênero e tamanho (MIARKA; FRANCHINI; MARQUES, 2011).

Kano iniciou treino especialmente para mulheres no *dojô* da escola Koubun Gakuin, em Tóquio, o mesmo na Universidade Feminina Nihon e na Escola Feminina Ochanomizu (SUGAI, 2000a). Em 1923, estava formado o primeiro time feminino Kodokan e, em 1931, foi lançado um livro acerca do judô feminino.

A participação da mulher no Oriente foi marcada por mudanças graduais nos paradigmas sociais associados ao gênero e as transformações passaram a ganhar mais força com a influência do movimento feminista ocidental por volta de 1960 (MIARKA, FRANCHINI, MARQUES, 2011).

Segundo Franchini (2001), o judô foi o primeiro esporte de combate a ser disputado por mulheres na história dos Jogos Olímpicos. A participação de mulheres na disputa olímpica foi uma demonstração em Seul, 1988 e veio a consolidar-se como modalidade olímpica em Barcelona, 1992.

4.4. Judô como esporte olímpico

Suas ideias são atuais e se confundem com outros sistemas educacionais como o olimpismo, de Coubertin e com os conceitos da Educação Física contemporânea. No Japão, Kano é considerado o Pai da Educação Física (Alexandre Velly Nunes, 2011, p. 43)

Em 1893, Jigoro Kano foi nomeado conselheiro do Ministério da Cultura, tornando-se diretor da Escola Superior de Educação, podendo exercer sua influência sobre outros professores (SUGAI, 2000). Em 1909, já era respeitado na Europa, sendo convidado pelo Barão Pierre de Coubertin, idealizador e presidente do COI, para ser o primeiro delegado japonês e oriental dos Jogos Olímpicos. Tal oportunidade possibilitou a divulgação do judô no exterior, além de agregar na elaboração de sistemas educacionais.

A educação integral proposta por Jigoro Kano coincide com aspectos da cultura grega na criação dos Jogos Olímpicos da antiguidade: *kalos kagathos* e *arete*, correspondendo a harmonia entre corpo, cultura e moral, e excelência, respectivamente (FRANCHINI, 2001). Segundo o autor, os princípios do Judô dialogam com os preceitos do olimpismo. O próprio conceito do *fair play* aborda

uma combinação de princípios éticos que orientam a conduta esportiva dos atletas, representando a associação com a adesão às regras e aos princípios de justiça e honestidade, resultando em vitória pelo esforço e perseverança.

Jigoro Kano (2005) pregava vitória justa, sem trapaça. Assim, a participação nos Jogos Olímpicos deve carregar consigo aspectos benéficos e educacionais, sobrepondo o espírito de amizade, solidariedade e justiça, ideais que dialogam diretamente com o *jita kyoei* (FRANCHINI, 2001).

Os Jogos Olímpicos são uma oportunidade para desenvolver-se tolerância, e banir discriminação. Para isso, torna-se necessário o conhecimento e o contato com o outro, muitas vezes diferente e, por isso mesmo, interessante. Conhecer sobre a geografia e a história dos locais e de suas modalidades, aspecto que o judô enfatiza por exportar uma cultura para outras e, concomitantemente, ser modificado por elas (FRANCHINI, 2001).

A inserção no cenário olímpico marcava, mais uma vez, novos conflitos entre a tradição e a modernidade, semelhante ao que ocorrera na transição entre o Shogunato Tokugawa e a Restauração Meiji (FRANCHINI, 2001). Neste momento, tratava-se da esportivização do judô, criando uma corrente de espetáculo, produto e consumo, o que muitas vezes faz com que se percam os princípios e os objetivos centrais da modalidade.

É importante refletir sobre a influência da mídia, com a necessidade de alinhar o tradicional com o moderno, através de reforços mútuos (FRANCHINI, 2001). Kano (2005) se posicionava contra a finalidade do espetáculo, embora compreendesse que poderia operar como um meio para o progresso e divulgação do judô e seus princípios. Tratava-se de uma necessidade. Sendo assim, é de suma importância reconhecer e alimentar os valores deixados pelos samurais, bem como seus significados e mitos em conexões com o esporte moderno (OLIVEIRA, 2017). Trata-se de uma ressignificação de uma arte marcial em um esporte, priorizando a figura do samurai e suas relações baseadas na honra. Esse processo de observação e apreensão proporciona sentido e identidade (OLIVEIRA, 2017).

Em 1912, ocorreu a participação do Japão do primeiro Jogos Olímpicos em Estocolmo, Suécia, o que fomentou o início do grande desenvolvimento do

esporte japonês (FRANCHINI, 2001). Kano não somente proporcionou o desenvolvimento do judô como também tornou o Japão mais visível no exterior, consolidando-se como uma potência esportiva (OLIVEIRA, 2017). Segundo Franchini (2001), Jigoro Kano pretendia propor Tóquio como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1940. Contudo, em julho de 1937 iniciou a Guerra Sino-Japonesa e em maio de 1938, Jigoro Kano veio a falecer.

Jigoro Kano não pode testemunhar o Japão como sede dos Jogos Olímpicos, porém contribuiu grandemente para esse e tantos outros feitos para o judô, para o Japão e todos os judocas que se sentem alcançados por sua criação. Dessa maneira, o judô passou a ocupar diferentes cenários, tornando-se um método de educar corpo, mente e espírito, esporte competitivo (inclusão no programa olímpico) e espetáculo, difundido internacionalmente e rentável (NUNES, 2011).

5 COMO A FILOSOFIA DO SAMURAI (BUSHIDO) DIALOGA E CONFERE SIGNIFICADO À FILOSOFIA DO JUDOCA

Este capítulo abordará, de forma integrada, quatro pontos para a compreensão do *bushido* e sua herança deixada aos judocas. Primeiramente, a temática a respeito das lutas, seguida pelos conceitos *do* e *zen*, posteriormente a correlação entre o samurai e o judoca e, concomitantemente, os valores enraizados e cultivados até a atualidade.

Segundo Franchini (2008), a luta está presente desde a origem da humanidade, por motivos de sobrevivência, poder, condicionamento físico, competição, diversão e até mesmo evolução espiritual. Assim, os combates são considerados uma das formas mais antigas de esporte e prática corporal (FRANCHINI, 2001).

Segundo Carr (1993), os documentos e arquivos que descrevem as artes marciais no Oriente são extremamente antigos e diversas vezes acompanham uma abordagem voltada às lendas e aos mitos, o que dificulta o discernimento sobre a veracidade do que é narrado. Contudo, essas narrativas do passado contribuem com a construção do mito das artes marciais, dos samurais e influenciam os judocas atuais.

Ratti e Westbrook (1991) ressaltam que a construção do *bujutsu* foi realizada através de informações diretas e indiretas, com fonte em clássicos japoneses, textos religiosos e filosóficos, poemas e crônicas nacionais, fontes que dialogam, se integram e se modificam. Além disso, as lutas, no Oriente ou no Ocidente, sempre estiveram associadas a aspectos educacionais. Portanto, as técnicas e a cultura marcial tornaram-se parte do patrimônio cultural (FRANCHINI, 2001).

Segundo Oliveira (2017), as artes marciais transportaram em sua companhia elementos mitológicos, culturais e tradicionais. Tais elementos conferem identidade e forte influência na formação da sociedade japonesa. O legado dos guerreiros japoneses ou também chamados de guerreiros medievais do Japão foi o código de ética que deixaram e as artes marciais que desenvolveram. Havia forte ligação de lealdade quando prestavam serviços ora ao senhor feudal, ora ao *shogun*, ora ao imperador.

Tratava-se de uma classe combatente com um espírito que continua a inspirar lutadores de artes marciais, além de figuras de liderança, como professores. Seu estilo de vida preservou, ainda, outras formas de arte, atentando-se às formas, cerimônias, ritos e simbologias. Eram influenciados pelo budismo e pelo xintoísmo, preconizando disciplina, fidelidade e honra pessoal. A formação desse código de conduta e, principalmente o valor de honra, levou à criação de um imaginário heroico japonês: o samurai. Esse imaginário heroico foi responsável por moldar grande parte da estrutura política e social do Japão, gravando sua marca na identidade japonesa (OLIVEIRA, 2017).

Há duas esferas que circundam e, concomitantemente, sustentam a origem dos samurais, bem como seu código de conduta e posterior desenvolvimento da cultura marcial, até alcançar a criação do judô e da figura do judoca: o *dô* e o *zen*.

A relação entre *dô* e o *zen* é estreita, uma linha tênue. O espírito *dô* é um código de comportamento e doutrina, caracterizado pela união entre homem e natureza, conceito que o liga ao *zen* (DAVIES; IKENO, 1949). *Dô* é um kanji presente tanto na palavra judô (Caminho Suave) quanto no bushidô (Caminho do Guerreiro). Tal nomenclatura carrega consigo uma série de significados e confere características a todas as artes tradicionais do Japão.

Segundo os autores, trata-se de um processo sistemático baseado em cinco etapas: 1) estabelecimento e formalização; 2) repetição constante; 3) maestria; 4) aperfeiçoamento; 5) sintetização. Percebe-se uma cultura baseada em seguir protocolos e respeitar diversas regras (ibid). Assim, ressalta aspectos importantes: *kanzen shugi* e *seishin shuyo*, correspondendo respectivamente à busca pela beleza da perfeição absoluta e disciplina mental.

Sugai (2000b) aponta que aprofundar-se nos estudos das artes, sejam elas marciais ou não, promove esclarecimento, autoconhecimento e auto-observação. Dessa forma, o *dô* se estende, vai além de um conceito enraizado nas artes marciais, atingindo, por exemplo, a Cerimônia do Chá (ou *chadô*, nomenclatura que também recebe o mesmo *kanji dô*), cultivando os ideais de simplicidade, perfeição, disciplina e harmonia com a natureza (DAVIES; IKENO, 1949). Segundo Tsunetomo (2006), a Cerimônia do Chá opera com o intuito de purificar a mente e a ideia de vazio é um conceito extremamente conhecido pela doutrina *zen*.

Aliás, todas as artes marciais originadas no extremo Oriente tiveram, como base, o princípio *kanagara no miti* ou *caminho da natureza* (SUGAI, 2000b).

Sugai (2000a), retrata uma metáfora para exemplificar o diálogo entre o *dô*, o *zen*, o samurai e o judoca. O bambu apresenta seu crescimento em linha reta, representando a integridade e a retidão interior, em contraste com sua flexibilidade. Suas folhas verdes representam o frescor e permanecem inalteradas no decorrer das estações do ano, simbolizando a estabilidade, a força, a resistência, a fidelidade e a ética. Seu interior é oco, o próprio vazio do *zen*. Exteriormente, suas formas plásticas e simples remetem à descrição, pureza e simplicidade.

As diversas atividades ligadas ao *zen* se refletem num modo de vida, entrelaçadas com treinamento concebido em vários níveis como o *keiko* (prática), o *renshu* (treino) e o *tanreni* (caráter espiritual). O primeiro representa a persistência, paciência e dedicação. O segundo, padrão de comportamento. Enquanto o terceiro está ligado à ruptura com o processo racional, despirmo de intenções e espiritualização das habilidades (SUGAI, 2000a).

Tsunetomo (2006) ressalta que a dignidade está vinculada a um comportamento solene, semblante calmo, economia das palavras, educação

impecável, clareza de visão e sabedoria profunda, com base na simplicidade de pensamento e fortaleza de espírito.

Ainda nessa linha, Sugai (2000a) aborda o *caminho do meio*, uma ideia cultivada pelo budismo e pelo *zen*, que retrata o equilíbrio entre os extremos. Segundo Tsunetomo (2006), o *zen* budismo estava amplamente relacionado aos samurais desde o século XIII. O caminho do samurai dialogava com o caminho do budismo (ibid).

Curioso refletir a figura do samurai como um estilo de vida duro e severo, mas que valoriza as artes mais sutis e delicadas, desenvolvendo suas sensibilidades. Assim, as diversas formas de artes exerciam influência sobre as artes marciais e nos modos de vida dos samurais, porém, o inverso também é verdadeiro (SUGAI, 2000a).

Segundo Kano (2005), a própria interpretação e aplicação do *seiryoku zenyo* deve proporcionar e buscar a iluminação e esclarecimento, paralelos às doutrinas contemplativas do *zen*. Tsunetomo (2006) ainda aborda a questão alegando que o modelo de compaixão para o guerreiro é o monge budista e que o modelo de coragem para o monge é o guerreiro, estreitando os diálogos entre os valores de compaixão, perseverança e coragem. Acerca desses conceitos, como compaixão e magnanimidade, a flor de cerejeira, símbolo da Kodokan, representa tais aspectos (SUGAI, 2000a).

Os samurais adeptos do *zen* apresentavam um entendimento do *ki* (energia) baseado na vivência de seus sentimentos (SUGAI, 2000b). Por exemplo, *shi ki* significa força de coragem; *i ki*, força de vontade; *gen ki*, vigor; *yu ki*, bravura; *hei ki*, imparcialidade; *shu ki*, conservação de energia; *ki soku*, prolongamento da respiração.

O termo samurai é originário da China, correspondendo originalmente a *samurahi* (RATTI; WESTBROOK, 1991). Significa *vassalo ou aquele que serve*. Sua figura representava e representa duas vertentes: a primeira como um objeto de desprezo e piedade por sua condição, sendo retratado como instrumento bruto de poder manipulados por seus senhores. A segunda, como objeto de pura admiração, por representarem a incorporação e personificação de todas as virtudes.

Um exemplo de samurai foi Yamamoto Tsunetomo, caracterizado por ter cortado seus cabelos (grande simbologia para a classe guerreira na época que permanece até hoje no sumô) e se tornou um monge budista. Motivo: o impediram de seguir seu senhor, Nabeshima Mitsushige, quando veio a falecer. Apresentava um comportamento baseado em atitudes muito distantes do materialismo e do pragmatismo moderno, projetando uma perspectiva mais intuitiva (TSUNETOMO, 2006).

Sendo assim, a validade dos samurais se estende aos dias contemporâneos, uma vez que se trata de um personagem oriundo de uma classe camponesa, marcado pela simplicidade e forte ligação com a natureza, que alcançou o poder e se solidificou por 700 anos (SUGAI, 2000b). Esse poder sempre esteve associado a responsabilidade, tendo base em ideais humanos e universais de justiça. Proclamaram um estilo de vida único e excêntrico, que expressa pureza através de um caminho que propicia a sabedoria e o discernimento (SUGAI, 2000b).

É importante reservar um espaço para descrição de quem foram e a relevância dos *ronin*. Esse personagem, embora considerado um *bushi*, não era subordinado a nenhum senhor. Segundo Ratti e Westbrook (1991), o *ronin* foi essencial no desenvolvimento e evolução do *bujutsu*, auxiliando na difusão das artes marciais. Os *ronin* também construíram o protótipo do guerreiro ideal: autodisciplinado e autônomo, sendo imprevisível num combate, apresentando-se sempre num estado de prontidão.

Por ser individualista por necessidade e ameaçado constantemente, deveria desenvolver um nível de habilidades marciais elevado, buscando diversas fontes de conhecimento e treinamento (ibid). Um exemplo de *ronin* foi Miyamoto Musashi, discípulo de Takuan, que tornou-se figura lendária de fama invencível, nasceu em 1584 em Harima, atual Hyogo-ken. Ronin, andarilho em busca de um caminho independente que lhe proporcionasse sentido, viveu num período de mudanças entre 1584 e 1645: shogunato Ashikaga para Tokugawa. Escreveu o “Livro dos 5 Elementos”, intitulando cada um dos 5 capítulos com um elemento da cosmovisão budista: terra, água, fogo, vento, vácuo. Também passou grande

parte de sua vida se aperfeiçoando nas artes, como poesia, escultura, Cerimônia do Chá, pintura e Arte da Caligrafia (SUGAI, 2000a).

O conceito de *bushidô* foi estabelecido no Período de Kamakura, baseado no *zen* e somente na Era Edo a nomenclatura passou a existir com forte influência confucionista. Por fim, a doutrina foi consolidada e adquiriu forma durante a Restauração Meiji (DAVIES; IKENO, 1949).

Segundo Ratti e Westbrook (1991), a formulação do código dos guerreiros (*bukyo*) se acoplou ao Caminho dos Samurais, a fim de estabelecer um código de honra. É importante enfatizar o aspecto holístico que englobava esse código de conduta. As artes baseadas no *bushido* transformaram-se numa espécie de ideologia que ressalta qualidades morais que o samurai carregava em sua trajetória, como autocontrole, caráter, respeito, sinceridade e persistência (OLIVEIRA, 2017). Preconizava-se a harmonia entre corpo, mente e espírito, sendo que espírito é representado pelo *kanji ki* que significa energia (DAVIES; IKENO, 1949).

A limpeza da matéria e do espírito como um ideal xintoísta, considerando a necessidade da limpeza exterior, relacionada ao corpo, roupa, casa, e da limpeza interior, com a purificação de sentimentos e pensamentos, o que também dialoga com o *zen* (SUGAI, 2000b).

Tal mentalidade se estendeu ao judô, como mencionado por Kano (2005), a respeito dos cuidados de onde se vive, o que se veste, o que se come, o que se bebe – articulação holística e tão enraizada na cultura japonesa. Sugai (2000a) aborda tal questão ressaltando a comunhão entre tais esferas, sendo que a simplicidade, naturalidade e espontaneidade operariam a favor do treinamento metódico em busca da perfeição. Mais que isso, as habilidades e o espírito marcial resultaram no desenvolvimento de um forte senso de honra, devoção ao serviço e coragem, atuando diretamente sobre as obrigações sociais japonesas, como: respeito aos superiores e professores (DAVIES; IKENO, 1949).

Quando se reflete sobre a herança deixada do *bujutsu* e do *jujutsu* ao judô, a correlação é clara, sendo que foram processos dependentes para a criação do Caminho Suave. Sendo assim, é necessário estabelecer o vínculo entre aquele que praticava o *bujutsu* com aquele que praticou e pratica o judô. A finalidade é

observar o que foi herdado, o que pode ser descartado e o que deve ser carregado, poder trazer à tona uma reflexão sobre a responsabilidade histórica que o judoca deve arcar, bem como os cuidados necessários nos processos educacionais para que não exista dicotomia entre ser um judoca e ser um atleta de judô.

Ser um judoca significa estar ciente e ter posturas e ações coerentes com aquelas enfatizadas por Jigoro Kano, utilizando o legado dos samurais como referência e inspiração, podendo ou não estar inserido no âmbito de competição.

Kano (2005) apresenta uma perspectiva acerca do caráter moral que discorre na habilidade desenvolvê-lo através da prática do judô como resultado de sua essência e na utilização de todas as circunstâncias externas relacionadas ao judô para atingir objetivos.

Uma das similaridades entre a formação de samurais e de judocas, não por acaso, é a faixa etária em que ela se inicia. Segundo Ratti e Westbrook (1991), aos cinco anos os samurais recebiam seus trajes e suas espadas, para que entre os oito e nove anos pudessem dar início ao treinamento sistemático. Grande parte dos judocas ingressa na modalidade antes dos 10 anos de idade (NUNES, 2014).

Tanto judocas quanto samurais apresentam semelhanças em seus treinamentos, sendo este treinamento especializado para o desenvolvimento do controle mental, força de vontade, determinação, concentração de estratégias específicas e objetivas no momento do confronto (RATTI; WESTBROOK, 1991).

Há ainda a coexistência de uma subordinação hierárquica refletida em relações verticais numa concepção *kohai-senpai*, o que se tornou base para desenvolvimento da condição de lealdade dos samurais e de respeito dos judocas (ibid).

O samurai Tsunetomo (2006) alega que, dentre os níveis de instrução dos samurais, o nível mais elevado é marcado pela percepção de que nada sabe, atingindo um nível transcendental, adentrando um caminho em que percebe que nunca atingirá o fim da jornada.

A ideia persiste com um dos ensinamentos de Jigoro Kano: “Employ concentrated effort, maximum effect in every pursuit” ou *Zenryoku Saizen Katsudo* (STEVENS, 2013, p.199). Tal mentalidade reflete a busca incessante e contínua

pela excelência, enfatizando o empenho e a humildade no processo. Tsunetomo (2006) diz que o samurai deve ser extremamente obstinado, com devoção total de si, preparando-se com inteligência, humanidade e coragem. Ou seja, ser fiel ao objetivo do momento, com foco e evitando distrações.

O comportamento pragmático do guerreiro marcado pela sua simplicidade de pensamento e ação, é evidenciado tanto nos samurais (RATTI; WESTBROOK, 1991) quanto nos judocas. É necessário desenvolver o hábito de observar, decidir rapidamente, manter-se em calma e de maneira resoluta, pois, segundo Kano (2005), estes são valores cultivados durante as lutas, com a necessidade de raciocínio, preponderância e reflexão.

O livro escrito por Tsunetomo (2006) aborda alguns valores e comportamentos estimulados entre os samurais e que grande parte se transferiu como um legado para os judocas. Segundo o autor, a mente do guerreiro deve estar pura e serena, para que possa ter vivacidade em todas suas ações, sendo essencial propósito e disciplina.

Trata-se da necessidade de direcionar a energia. Em outras palavras, é o princípio de máxima eficiência, *seiryoku zenyo* tão enfatizado por Kano (2005). Tsunetomo (2006) trata ainda da importância do dever como base para desenvolvimento de respeito próprio e também alerta sobre a formação de maus hábitos e sua correção instantânea e outras questões, como gratidão e não ser negligente a alguém de quem recebeu favor. Assim, deve-se evitar procrastinar e negligenciar. Sobre os valores do bushido, Tsunetomo (2006) afirma que generosidade dialoga com compaixão, que é fruto de força e retidão.

O judoca teve como base o samurai quando importou para si rituais com simbologia de respeito, agradecimento pela aprendizagem e autocontrole (FRANCHINI, 2008). Segundo Sugai (2000b), o cumprimento não deve tornar-se um ato mecânico, uma vez que é simbólico e repleto de significado.

Um fato curioso acerca dos samurais e dos *ronin* é que seus ataques eram realizados somente quando seus oponentes estavam cientes do que viria a acontecer, oferecendo batalhas justas (RATTI; WESTBROOK, 1991). A ideia de justiça, dignidade, vitória por merecimento, neste caso, dialoga com o ideal de *fair*

play que o judô apresenta e se relaciona com os princípios olímpicos de Coubertin.

A determinação é tida como um dos pontos-chave para a concepção e compreensão de samurais e judocas. Um samurai deveria apresentar rápida tomada de decisão, compromisso e determinação para conquistar suas metas, sejam elas vinculadas a assuntos militares/marciais ou não (TSUNETOMO, 2006). Sugai (2000b) aponta outros valores intrínsecos do judoca como a tenacidade, lealdade e a dedicação.

O processo de formação e de treinamento dos samurais era marcado por uma conduta ética absoluta, guiada pelos preceitos mais importantes: retidão e justiça (SUGAI, 2000a). Estes preceitos foram adquiridos pelo exercício da coragem, da verdade, da compaixão e da honra, sendo a honra sempre ligada ao dever e à lealdade (ibid).

Tais preceitos eram encarados com tamanha seriedade que se tornaram a causa do suicídio de muitos guerreiros no ritual *harakiri* ou *seppuku*. *Kiri* significa cortar, enquanto *hara* significa barriga, e é um termo utilizado até hoje pelos judocas do mundo inteiro, para se referir ao uso da região em ataques e defesas.

Um bom uso do *hara* representa eixo firme, equilíbrio e segurança. Inclusive, segundo Sugai (2000b) há um ditado japonês que diz: *hara no aru hito*. A tradução é *pessoa com barriga* e serve para descrever e representar um indivíduo centrado, com autocontrole e equilibrado, numa esfera comportamental.

O ritual ocorria como uma forma de libertar-se da desonra, num ato de se redimir diante dos erros cometidos. Tratava-se, assim, de libertar-se do medo da morte (SUGAI, 2000a). Contudo, há uma simbologia profunda que acompanha essa mentalidade. É a expressão de outros medos que os indivíduos sofrem ao longo de sua vida, marcados pelo aprisionamento e apequenamento.

Estabelece-se um diálogo com o *zen*, concebendo a vida e a morte como duas facetas de uma mesma realidade cósmica (SUGAI, 2000a). Ainda relacionado com o conceito de *hara*, entre os samurais existiu e entre os judocas ainda existe o *kiai*, um grito representante do processo de integração do corpo e da mente. Uma vez que o grito emerge abaixo do abdômen e libera energia para

o golpe, libera um fluxo energético desbloqueando nós psíquicos e físicos (SUGAI, 2000b).

Até hoje a cultura marcial é estimulada pelo judô. Segundo Ratti e Westbrook (1991), um guerreiro deveria ser capaz de suportar quaisquer adversidades sem demonstrar seu incômodo ou dor. Essa mentalidade é cultivada pelos judocas atualmente nos centros de treinamento e nos espaços competitivos, sendo uma demonstração de autocontrole e maestria de si mesmo.

O *bujutsu* deixou um legado ao judô, uma tradição positiva japonesa que reflete o valor cultural *ganbari* (RATTI; WESTBROOK, 1991). Trata-se de uma disciplina severa, baseada numa alimentação frugal, exercícios exaustivos, sono suficiente e pontualidade – tudo num pretexto de desenvolver a força de vontade e autocontrole, num verdadeiro treinamento para suportar a dor sem manifestá-la (SUGAI, 2000a). Uma das máximas de Jigoro Kano reflete esta ideia: “Give it your all to accomplish all” *Ketsuko Ketsujo* (STEVENS, 2013, p.200).

Tsunetomo (2006) também alegava a importância de se domar o corpo e a mente para atingir o triunfo. Nota-se como as relações entre os samurais e os judocas são estreitas e dependentes entre si.

É essencial destacar o que é concebido como triunfo e sucesso, tanto para samurais e *ronin*, como para Jigoro Kano e, conseqüentemente, para os judocas. Tsunetomo (2006) afirma que a riqueza e a glória induzem o indivíduo à corrupção, manchando sua conduta. Mohamed (2012) destaca que Yukio Mishima, um polêmico escritor que viveu entre 1925 a 1970, com um trabalho voltado aos elementos da história e cultura japonesa tradicionais, sobretudo vinculadas aos samurais, apresentava uma crítica incisiva em relação ao dinheiro e à força da sociedade de consumo – materialismo – indicando decadência moral e espiritual.

Kano (2005) afirma que o espírito samurai que promove a honra e a integridade, contrapõe o individualismo e o egoísmo, sendo imprescindível considerar os outros ao redor, o coletivo. Segundo Sugai (2000a), o Judô deveria se manifestar como qualquer arte *zen*, estendendo-se ao cotidiano, marcado pela conquista da liberdade interior, assim como os samurais.

Simples, acostumados à vida no campo, aprenderam com o Tao a tornar-se como as flores, os frutos e as florestas.

Começaram a entender a natureza e a sua lei, e a sentir-se parte integrante dela. Interessavam-se pelo confucionismo que ensinava os homens a viverem em sociedade, orientando-os para uma forma justa de governar. Tudo isso era integrado ao xintoísmo, com a noção de lealdade ao soberano, à memória dos ancestrais e o sentimento de patriotismo (SUGAI, 2000b, p.185).

Assim, a perpetuação do espírito das artes marciais é sustentada pelo *bushidô*, promovendo virtudes como **lealdade, fé e honra** (KANO, 2005). Para Sugai (2000a), **o *bushidô* resgata ou procura o sentido da vida**. A questão da integridade do samurai se estende ao judoca. Segundo Tsunetomo (2006), a integridade seria manter o mesmo comportamento independentemente do local em que o indivíduo se encontra, seja campo de batalha, *dojo*, próprios aposentos ou local público. Kano (2005) previa, da mesma forma, que o judoca estendesse seus comportamentos, atitudes e valores para além do local da prática do judô.

As competições de judô atuais reproduzem as batalhas que os samurais travavam. São testes severos de resistência emocional, em que para se obter sucesso é necessário seguir pelo caminho do meio, integrando os extremos para que se possa atingir refinamento de conduta, fortalecimento e equilíbrio.

Portanto, dentre a herança samurai que se tornou o legado do judoca, podemos destacar o código moral, baseado na coragem, abnegação, cortesia, frugalidade, desprendimento, ação, subjetividade, força do caráter e pureza, além de uma postura de busca constante pelo aperfeiçoamento (MOHOMED, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do levantamento histórico realizado e do destaque das principais imagens e conceitos que circundam a figura do samurai, facilmente percebemos a herança filosófica, cultural e imagética de um judoca.

Eu, como judoca e atleta de judô – sendo este o único esporte japonês praticado no mundo todo (CARR, 1993) –, do mesmo modo não estive imune à filosofia de Jigoro Kano e aos reforços simbólicos que conduziram a uma reafirmação de identidade vinculada ao imaginário heroico do samurai, aspecto reforçado por Oliveira (2017).

A strong-willed person can lose spirit and experience great adversity. This is when he must show' true character. At times like these, the ability to overcome difficulties, endure and be patient, preserve one's honor and maintain a spirit of integrity are truly valuable, above all else. I would like those who practice judo to honor this samurai spirit (KANO, 2005, p.130)

Essas imagens e referenciais são responsáveis por promover diretrizes, não somente no decorrer dos treinamentos e competições, porém, sobretudo, em outras esferas da vida. Mohamed (2012), por exemplo, ressalta um dos conceitos desenvolvidos pela figura do samurai: *bunburyodo*. Trata-se de um aperfeiçoamento que transcende esferas. *Bun* significa letras, enquanto *bu*, arte marcial. Assim, *bunburyodo* prega o caminho conjugado entre o estudo e a luta, o estudo e a arte (ibid).

Ser e estar inserida dentro de um todo maior. O protagonismo em não somente lutar, mas a responsabilidade de bem representar.

São os ideais inalcançáveis que nos tornam humanos e através dele nos superamos e construímos alguma coisa. Sem utopia nada fazemos e a humanidade não se desenvolve (SUGAI, 2000b, p. 195).

Dessa forma, não há uma conclusão propriamente dita, há um percurso, trajetória, travessia; um caminho que busca a humanização, libertação do espírito e unidade com o Universo, elementos reforçados pela figura do guerreiro que reconhece nas artes marciais uma ferramenta de amadurecimento e transcendência. Há um tipo de educação que conduz mudanças interiores, a partir da disciplina vivenciada através do corpo, que conduzirá à afirmação da própria liberdade e, conseqüentemente, o reconhecimento e o respeito pela liberdade do outro (SUGAI, 2000a). Há a (trans)formação da própria identidade (SMITH, 2003, 2009).

Tsunetomo (2006), em seu texto a respeito do samurai, pontua a determinação e a disposição como fatores essenciais no movimento de atravessar para o outro lado.

Podemos inferir que tais características sejam motivadas, sobretudo, pela herança dos guerreiros medievais japoneses.

(...) a oportunidade de realmente seguir o caminho e entender que o “suave” só se encontra com muito suor e enfrentando as inúmeras dificuldades que se apresentam. Esta talvez seja a mais importante mensagem deixada por Kano para nós, seguidores do caminho, judocas na sua essência e ainda que tardiamente, possamos compreender o judô para além de uma arte marcial, de um esporte de competição, um espetáculo ou de uma profissão, mas um eterno caminho de aprendizado onde devemos crescer e fazer com que os outros ao nosso lado também cresçam. Jita Kyohei. (NUNES, 2011, p. 172,3).

A compreensão de uma nação, sua história, a construção de um personagem que transita entre o mítico e o real – o samurai e sua influência sobre o judoca: é nessa busca pelo sentido das coisas que encontramos a aventura de descobrir sobre si próprio, o que transforma as possibilidades do indivíduo em sua totalidade (SUGAI, 2000b).

Encerro um trabalho que, na verdade, não se encerra em si. É contínuo, dinâmico, mutável. E persiste. A concretização de um compromisso, por compreender a responsabilidade de assumir tal identidade. Um exemplo materializado do *bunburyodo*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Física e Desportos. **Judô** - Caderno Técnico Didático. Brasília, s. d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002154.pdf>. Acesso em: 14 set 2018

BROUSSE, M.; MATSUMOTO, D. **Judo: a sport and way of life**. Seul. Korea: IJF, 1999

CARR, K. **Making the way: philosophy and sport in japanese judo**. *Journal of Sport History*. Illinois, V. 20, N. 2. Summer, 1993.

DAVIES, R.; IKENO, O. **The Japanese Mind: understanding contemporary culture**. Tuttle Publishing, Tokyo, 1949

FRANCHINI, E. **JUDO'S FOUNDATIONS APPLIED TO OLYMPIC EDUCATION AND TO THE DEVELOPMENT OF FAIR PLAY**. In: Konstantinos Georgiadis (org) 9th International Postgraduate Seminar on Olympic Studies. 1 ed. Olympia: International Olympic Academy, 2001, v.1, p.190-199.

FRANCHINI, E.; DEL 'VECCHIO, F. B. Capítulo 9: **Tradição e Modernidade no Judô**. In: Rubio, K. et al. **Ética e Compromisso Social dos Estudos Olímpicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FRANCHINI, E. **Judô**. Coleção Agôn, o espírito do esporte. São Paulo, Odysseus, 2008.

GREINER, C. **Leituras do corpo no Japão e suas diásporas cognitivas**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

KANO, J. **Mind over muscle: writings from the founder of Judo** - Kodansha International Ltd, Tokyo, 2005.

MIARKA, B.; FRANCHINI, E.; MARQUES, J. **Reinterpreting the history of women's Judo in Japan**. *The Journal of the History of Japan*, São Paulo, 2011.

MOHOMED, C. **A pureza do samurai: história e política no pensamento de Yukio Mishima**. *História*, Franca, v. 31, n. 1, p. 121-144, jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000100008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev 2018.

NUNES, A. V. **A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro: uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em jogos olímpicos e campeonatos mundiais**. 2011. Tese (Doutorado em Pedagogia do Movimento Humano) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, M. A. **Artes Marciais e esportes de combate à luz da mitologia japonesa**. In: RUBIO, K. **Esporte e Mito**. São Paulo, 2017

RATTI, O.; WESTBROOK, A. **Secrets of the Samurai**. C.E Tuttle, Tokyo, 1991

RUBIO, K. **VII Seminário de Estudos Olímpicos: Legado e Desafios dos Jogos Olímpicos**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

SANCHEZ-GARCIA, R. The development of Kano's judo within Japanese civilizing/decivilizing processes, **Asia Pacific Journal of Sport and Social Science**, 5:2, 108-119, DOI: [10.1080/21640599.2016.1186583](https://doi.org/10.1080/21640599.2016.1186583), 2016.

SMITH, M. K. (2003, 2009) **Jean Lave, Etienne Wenger and communities of practice**,

STEVENS, J. **The Way of Judo: A Portrait of Jigoro Kano and His Students**. Shambhala Publications, Boston, Massachusetts, USA, 2013

SUGAI, V. L. **O caminho do Guerreiro I**. Colaborador Sumio Tsujimoto. São Paulo: Editora Gente, 2000a

SUGAI, V. L. **O caminho do Guerreiro II**. Colaborador Sumio Tsujimoto. São Paulo: Editora Gente, 2000b

VARDAMAN, J. M.; TAKAHASHI, T. **Talking about Japanese history: Eigo de hanasu nihonshi Yasashiku omoshiroku**. East Murayama: Japanbukku, Tokyo, 2009

TSUNETOMO, Y. H.: **O Livro do Samurai**. São Paulo, Editora Conrad, 2006

YAMASHIRO, J. **Pequena História do Japão**. Editora Herder, São Paulo, 1964

YAMASHITA, Y.

<http://www.judoctj.com.br/o-que-fazer-e-o-que-nao-fazer-no-aprendizado-do-judo/>
acesso em 06 ago 2018.